



SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ
Av. Pedro Freitas, 1900 Centro Administrativo, Bloco C, 2º Andar - Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP
64018-900
Telefone: - (86) 3194-6600 <https://portal.sefaz.pi.gov.br>

EDITAL

EDITAL – PADRÃO

SOLICITAÇÃO DE OFERTA
“SDO”

na forma de

Pregão Eletrônico

para

Aquisição de BENS

Banco Mundial

Maio de 2025

Atualizado pela Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021

EDITAL

Publicado em: 02/06/2026

para

Licitação de

Aquisição de Infraestrutura de Tecnologia da Informação - TI, incluindo microcomputadores, equipamentos com foco em ambientes de virtualização, backup, armazenamento de dados em larga

escala e suporte a serviços críticos internos, equipamentos de audiovisual e sistema de câmeras e controle de acessos para atender às necessidades da sede da Procuradoria-Geral do Estado do Piauí, conforme as condições e exigências contidas na Seção VI - Especificações Técnicas deste Edital.

SDO PE N.º: 08/2026

Projeto: Pró-Gestão Piauí - Projeto de Eficiência na Gestão do Setor Público (Programa de Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do Gasto Público do Estado do Piauí)

Contratante: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEAD/PI

Índice Geral

- [Seção I. Instruções aos Licitantes \(IAL\)](#)
- [Seção II. Folha de Dados da Licitação \(FDL\)](#)
- [Seção III. Termo de Contrato](#)
- [Seção IV. Condições Gerais do Contrato \(CGC\)](#)
- [Seção V. Condições Especiais do Contrato \(CEC\)](#)
- [Seção VI. Especificações Técnicas: Descrição dos Bens e Serviços Correlatos](#)
- [Seção VII. Formulários de Oferta Atualizada](#)
- [Seção VIII. Declarações do Licitante](#)

Seção I. Instruções aos Licitantes (IAL)

A. Disposições Gerais

1 Escopo da Licitação	1.1. O Contratante, conforme definido nas “Condições Gerais do Contrato” (CGC) e identificado na Seção II, “Folha de Dados da Licitação” (FDL), por sua Pregoeira designada na FDL, convida a apresentar Ofertas para a aquisição do objeto descrito na FDL e na Seção VI – Especificações Técnicas: Descrição dos Bens e Serviços Correlatos. 1.2. Se assim especificado na FDL, esta licitação objetivará o Registro de Preços do escopo descrito na IAL 1.1.
-----------------------	--

2 Fonte de Financiamento	2.1. O (a) Pregoeiro (a), fará realizar o processo licitatório de Solicitação de Oferta (SDO), na forma de PREGÃO ELETRÔNICO, para cobrir custos elegíveis do financiamento (“fundos”) de um Empréstimo ou Doação do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (doravante denominado “Banco”), identificado na FDL, conforme faculta o §3º do art. 1º, da Lei nº. 14.133/21 e suas alterações subsequentes. 2.2. O certame será realizado por meio do sistema eletrônico indicado na FDL, e regida pelas disposições do Acordo retro mencionado e pelo Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento do Banco Mundial, na edição definida na FDL, para cobrir custos elegíveis nos termos do Contrato para a aquisição do escopo do Edital.
3 Fraude e Corrupção	3.1. As Diretrizes do Banco Mundial sobre Prevenção e Combate à Corrupção são de cumprimento obrigatório, conforme o disposto Apêndice 1 da Minuta de Contrato desse Edital. 3.2. Ainda de acordo com essa política, os Licitantes permitirão, e providenciarão essa permissão junto a seus agentes (declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço, fornecedores e seu pessoal, que o Banco Mundial inspecione todas as contas, registros e outros documentos relacionados a qualquer processo de seleção inicial, processo de pré-qualificação, apresentação da Oferta e execução do contrato (no caso de adjudicação) e que esses documentos sejam auditados por auditores indicados pelo Banco Mundial.
4 Orçamento Estimado Sigiloso	4.1. O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso. 4.2. Para fins do disposto na IAL 4.1, o orçamento estimado para a aquisição não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das ofertas.
	5.1. Um Licitante, incluindo em todos os casos, seus respectivos subcontratados, diretores, pessoal-chave, principais acionistas, pessoal proposto e agentes, não deverá ter conflito de interesses, a menos que o conflito tenha sido resolvido a contento do Banco. Os Licitantes que tiverem conflito de interesses serão desqualificados. Um Licitante pode ser considerado como tendo um conflito de interesses para os fins desta licitação, se o Licitante: a) tiver controle^[1] direto ou indireto sobre outro Licitante, for controlado direta ou indiretamente por outro Licitante ou for controlado juntamente com outro Licitante por pessoa física ou jurídica em comum; ou b) receber ou tiver recebido qualquer subsídio direto ou indireto de outro Licitante; ou c) tiver o mesmo representante legal de outro Licitante; ou d) tiver relação com outro Licitante, diretamente ou por meio de terceiros em comum, que lhe permita influenciar a influenciar na Oferta de outro Licitante ou de influenciar as decisões do Contratante em relação a esta Licitação; ou e) qualquer de suas afiliadas tenha participado como consultor na preparação do projeto ou das especificações técnicas das obras que constituem o objeto da Oferta; ou f) qualquer um de suas afiliadas tenha sido contratado (ou se propõe a ser contratado) pelo Contratante ou pelo Mutuário como Gerente de Projeto para a

5 Licitantes Elegíveis

execução do Contrato; ou

g) estiver fornecendo bens, obras e serviços distintos dos serviços de consultoria, derivados ou diretamente relacionados aos serviços de consultoria, para a preparação ou execução do projeto especificado na IAL 2.1, fornecidos por qualquer afiliada que, direta ou indiretamente, controle, seja controlada ou esteja sob controle comum com essa empresa; ou

h) possui uma estreita^[2] relação familiar, comercial ou de emprego anterior ou posterior com algum profissional da equipe do Mutuário (ou da agência executora do projeto, ou beneficiário de uma parte do empréstimo) que: (i) esteja envolvido direta ou indiretamente na elaboração do edital ou das especificações do Contrato, ou do processo de avaliação das Ofertas desse Contrato; ou (ii) estiver envolvido com a execução ou supervisão desse Contrato, a menos que o conflito derivado dessa relação tenha sido resolvido de maneira considerada aceitável para o Banco durante o processo de licitação e execução do Contrato.

5.2. Um Licitante não é elegível se ele ou seus subcontratados, fornecedores, consultores, fabricantes ou prestadores de serviços envolvidos em qualquer parte do Contrato (incluindo, em todos os casos, os respectivos diretores, pessoal-chave, principais acionistas, pessoal proposto e agentes) está sujeito a uma suspensão temporária ou a uma inabilitação, ou a uma desqualificação imposta pelo Banco Mundial nos termos de um acordo de reconhecimento mútuo de sanções impostas assinado pelo Banco Mundial e outros bancos de desenvolvimento. A lista dessas empresas e indivíduos inelegíveis é indicada **na FDL**.

5.3. Uma empresa Licitante (individualmente ou como membro de um Consórcio) não poderá participar como Licitante ou como membro de um Consórcio em mais de uma Oferta. Isto inclui a participação como subcontratados em outras Ofertas. Tal participação resultará na desqualificação de todas as Ofertas nas quais a empresa estiver envolvida. Uma empresa que não seja Licitante nem membro de um Consórcio poderá participar como subcontratados em mais de uma Oferta.

5.4. O Licitante deverá comprovar sua elegibilidade satisfatoriamente ao Contratante a qualquer tempo, sempre que essa comprovação for requisitada.

6 Condições de Participação	6.1. Poderão participar deste certame os interessados, nacionais ou estrangeiros, individualmente ou por consórcio, que: 1) estiverem previamente credenciados no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), ou outro sistema equivalente definido na FDL; 2) atendam às condições exigidas no cadastramento no SicaF ou outro sistema equivalente definido na FDL, até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das ofertas; e 3) atendam as condições de elegibilidade, conforme a IAL 5. 6.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas ofertas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros. 6.3. É de responsabilidade do Licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na IAL 6.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, sob pena de desclassificação no momento da habilitação. 6.4. Não poderão participar direta ou indiretamente nesta Licitação: a) Os Licitantes que não atenderem às condições de Elegibilidade, indicados na IAL 5 do Edital. (b) Os Licitantes que tenham sido declarados inidôneos por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal ou que tenham sido punidos com suspensão do direito de contratar ou licitar com o Contratante. c) Servidor de qualquer Órgão ou Entidade vinculada ao Órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico. d) Nenhum Licitante vinculado ao Contratante. 6.5. Qualquer declaração falsa sujeitará o Licitante às sanções previstas nas IAL 30.
---	---

B. Edital

7 Conteúdo do Edital	7.1. O edital compreende o conjunto de documentos listados abaixo e todos os aditivos que tenham sido emitidos de acordo com as IAL 8 e 10: Seção I. Instruções aos Licitantes (IAL) Seção II. Folha de Dados da Licitação (FDL) Seção III. Termo de Contrato Seção IV. Condições Gerais do Contrato (CGC) Seção V. Condições Especiais do Contrato (CEC) Seção VI. Especificações Técnicas: Descrição dos Bens e Serviços Correlatos Seção VII. Formulários de Oferta Atualizada Seção VIII. Declarações do Licitante 7.2. O Contratante não se responsabiliza pela integralidade deste Edital, caso ele não tenha sido obtido diretamente do Contratante.
8 Esclarecimentos sobre o Edital	8.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao Edital deverão ser enviados ao Pregoeiro no prazo e endereço indicados na FDL. 8.2. O (a) Pregoeiro(a) prestará os esclarecimentos, sem identificar sua origem, em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, disponibilizando-os no endereço eletrônico indicado nas IAL 2.2 cabendo aos Licitantes acessá-lo para obtê-los.
9 Impugnação ao Edital	9.1. Qualquer interessado é parte legítima para impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame. 9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame. 9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por pelos meios indicados na FDL. 9.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame na mesma forma de publicação do edital original.
10 Emenda ao Edital	10.1. Modificações no edital serão divulgadas como uma Emenda pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das ofertas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes. 10.2. Qualquer Emenda emitida será parte do Edital e deverá ser informada por escrito a todos que baixaram o Edital no endereço eletrônico indicado nas IAL 2.2.

C. Preparação da Oferta

11 Preenchimento da Oferta	11.1. O licitante deverá enviar sua oferta mediante o preenchimento no sistema eletrônico dos campos indicados na FDL. 11.2. No preenchimento da oferta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que: a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a oferta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital; b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição; c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. 11.3. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006. 11.3.1. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa. 11.4. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica: a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica; b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior; c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei; d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei; e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que
---	--

trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações.
- k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

11.5. A falsidade da declaração de que trata a IAL 11.3 sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

11.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir sua oferta até a abertura da sessão pública.

11.7. Todas as especificações do objeto contidas na oferta vinculam o licitante.

11.7.1. O licitante NÃO poderá oferecer oferta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

11.8. Os padrões de fabricação, processos, materiais e equipamentos, bem como referências a marcas ou números de catálogo especificados pelo Contratante na Descrição dos Bens e Serviços Correlatos, são meramente descritivos e não restritivos. O Licitante poderá oferecer outros padrões de qualidade, marcas e/ou números de catálogo, desde que demonstre, a critério do Contratante, que as substituições asseguram a equivalência substancial ou são superiores àqueles especificados na Seção VI – Especificações Técnicas: Descrição dos Bens e Serviços Correlatos.

11.9. É vedado ao Licitante se identificar, por meio de qualquer símbolo, marca ou outros elementos indicativos, quando preparar e enviar sua oferta, formulários, documentos, planilhas, anexos, ou outros documentos sob pena de desclassificação da oferta, impedindo a continuidade da participação no procedimento licitatório.

12 Preço da Oferta	12.1. Nos valores ofertados estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto. 12.2. Os preços ofertados, tanto na oferta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto. 12.3. Na presente licitação, as Microempresa e as Empresas de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional. 12.4. A apresentação das ofertas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Edital e as Especificações Técnicas, assumindo o ofertante o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
13 Validade das Ofertas	13.1. O prazo de validade da oferta não será inferior a 60 (sessenta) dias, se prazo maior não estiver fixado na FDL, a contar da data de sua abertura da oferta apresentada. A oferta válida por um período inferior será desclassificada. 13.2. Em circunstâncias excepcionais, o Contratante pode solicitar ao Licitante que prorrogue o período de validade por um período adicional específico, mas não será permitida ou exigida qualquer alteração à oferta.
14 Visita ao Local de Entrega	14.1. É de responsabilidade do Licitante, por sua própria conta e risco, visitar e analisar o local de prestação dos Serviços Correlatos, caso solicitados, obtendo todas as informações necessárias para preparar a oferta e celebrar o contrato. Os custos de visita ao local serão arcados pelo Licitante. 14.1.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Contratante data e horário a ser agendado conforme indicado na FDL.

D. Apresentação e Abertura das Ofertas

	15.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico indicado na IAL 2.2, a oferta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento indicado na FDL, até a data e o horário estabelecidos na FDL.
--	---

15
Apresentação
da Oferta

para abertura da sessão pública.

15.2. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da oferta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

15.3. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a oferta dos licitantes convocados para apresentação de oferta, após a fase de envio de lances.

15.4. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da oferta e obedecerá às seguintes regras:

- a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata a alínea (a).

15.5. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

- a) valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- b) percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

15.6. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma da IAL 15.4 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

15.7. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a licitação e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo Contratante ou de sua desconexão.

15.8. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

15.9. Os Licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e de sistemas semelhantes mantidos pelo Mutuário, caso indicados **na FDL**, assegurado aos demais Licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas após a fase de lances.

16 Abertura da Oferta	16.1. A abertura das ofertas dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados na FDL. 16.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a oferta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública. 16.3. O sistema disponibilizará campo próprio para avisos gerais e necessários para o andamento da sessão pelo Pregoeiro. 16.3.1. Fica expressamente proibida a comunicação dos Licitantes, entre eles próprios ou com o Pregoeiro, por meio de “Chat” ou procedimento similar.
-------------------------------------	---

17 Fase Competitiva

17.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

17.2. O procedimento de lances seguirá de acordo com o modo de disputa adotado indicado **na FDL**.

17.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

17.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

17.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à oferta que cobrir a melhor oferta deverá ser aquele indicado **na FDL**.

17.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

17.7. Após o término da etapa de lances, o sistema ordenará e divulgará as ofertas segundo a ordem crescente de valores.

17.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

17.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

17.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua oferta.

17.11. Margem de Preferência Nacional não será adotada.

18 Desconexão do sistema	18.1. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances. 18.2. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
19 Empate Ficto	19.1. Em relação a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015. 19.1.1. O parâmetro para o empate ficto consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar. Nessas condições, as ofertas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada. 19.1.2. A licitante mais bem classificada nos termos da IAL 19.1.1 terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto. 19.1.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na IAL 19.1.2. 19.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta. 19.2. A obtenção do benefício a que se refere a IAL 19.1 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. 19.3. Só poderá haver empate entre ofertas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

	19.4. Havendo eventual empate entre ofertas ou lances, o critério de desempate será adotado na ordem indicada na FDL. 19.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que: a) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país; b) comprovem a prática de mitigação de acordo com a Política Nacional sobre Mudança do Clima, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 e suas alterações. 19.5. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
20 Encerramento da Fase Competitiva	20.1. Após a finalização da etapa de lances NÃO HAVERÁ negociações de preços, sendo o lance final o preço a ser considerado para classificação e julgamento das Ofertas. 20.2. O(a) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a oferta adequada ao último lance ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. 20.3. É facultado ao(à) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

E. Avaliação das Ofertas

2 1 Julgamento da Oferta	21.1. Encerrada a etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da oferta do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, verificando se atende: (a) as condições de participação na licitação, especialmente quanto a elegibilidade; (b) compatibilidade do preço em relação ao valor de mercado; e (c) se a oferta é substancialmente adequada. 21.2. Será desclassificada a oferta que: (a) não obedecer à Descrição dos Bens e Serviços Correlatos contidos na Seção VI - Especificações Técnicas: Descrição dos Bens e Serviços Correlatos; (b) apresentar oferta com valores atipicamente baixos; ou (c) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável. 21.2.1 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. 21.3. Erros no preenchimento da planilha não constituirão motivo para a desclassificação da oferta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação. 21.3.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância da oferta; 21.4. Para fins de análise da oferta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor solicitante ou da área especializada no objeto.
--	--

22 Amostra	22.1. Caso a apresentação de amostra seja solicitada na FDL, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la conforme disciplinado na Seção VI - Especificações Técnicas: Descrição dos Bens e Serviços Correlatos, sob pena de não aceitação da oferta. 22.1.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes. 22.1.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema. 22.1.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a oferta do licitante será recusada. 22.1.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da oferta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na Seção VI - Especificações Técnicas.
23 Oferta Anormalmente Baixa	23.1. Será considerada como anormalmente baixa qualquer oferta cujo preço, em combinação com outros elementos que compõem a oferta, parecer excessivamente baixo a ponto de suscitar graves preocupações do Contratante quanto à capacidade do Licitante de executar o Contrato pelo Preço da Oferta oferecido^[3]. 23.1.2. Ao identificar uma possível Oferta Anormalmente Baixa, o Contratante deverá solicitar esclarecimentos por escrito ao Licitante, incluindo uma análise detalhada do preço da sua Oferta em relação ao objeto do contrato, escopo, cronograma de entrega, alocação de riscos e responsabilidades e quaisquer outros requisitos do Edital de Licitação. 23.1.3. Após a avaliação das análises de preço, e se o Contratante determinar que o Licitante não conseguiu demonstrar sua capacidade de executar o Contrato pelo Preço da Oferta apresentado, a oferta será rejeitada.
	24.1. Considerada aceitável a Oferta, será verificada, por meio do sistema eletrônico indicado na IAL 2.2, a habilitação do Licitante conforme disposições deste Edital. 24.2. A habilitação dos licitantes será verificada, quanto aos documentos a seguir abrangidos na FDL, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação quanto a: (a) Habilitação jurídica; (b) Qualificação técnica; (c) Qualificação fiscal, social e trabalhista; e

(d) Qualificação econômico-financeira.

24.3. Na hipótese do fornecedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes de seu país de origem, aos exigidos dos Licitantes nacionais.

24.4. Para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, a empresa estrangeira que não funcione no País, se exigido **na FDL**, deve comprovar que é ou será (se for adjudicado o contrato) representado por um agente no país autorizado e capaz de realizar a manutenção, reparação e fornecer peças de reposição, conforme disposto na Seção VI - Especificações Técnicas: Descrição dos Bens e Serviços Correlatos.

24.5. O Licitante que não fabricar ou produzir os Bens que ele oferece para o fornecimento, se exigido **na FDL**, deve apresentar autorização do fabricante demonstrando que foi devidamente autorizado pelo fabricante ou produtor dos Bens para fornecer esses Bens no país do Contratante.

24.6. A documentação exigida na IAL 24.2 para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e de sistemas semelhantes mantidos pelo Mutuário, quando a licitação for realizada por esses entes federativos, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

24.7. Para fins de habilitação, a verificação pelo(a) Pregoeiro(a) nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

24.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia simples ou outro indicado **na FDL**.

24.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

24 Habilitação

24.9. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas.

24.10. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

24.11. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas ofertas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das ofertas.

24.12. O Contratante poderá, a seu critério e por escrito, solicitar a qualquer licitante esclarecimento sobre sua oferta. Qualquer esclarecimento de um Licitante em relação

à sua oferta que não seja em resposta a uma solicitação do Contratante, não será considerado válido. O pedido de esclarecimento e as respostas devem ser por escrito. Alterações nos preços ou na substância da Oferta não deverão ser solicitadas, oferecidas ou permitidas.

24.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo, a critério do Contratante, em sede de esclarecimento, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das ofertas.

24.14. No julgamento da oferta ou análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a oferta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma oferta que atenda ao presente edital.

24.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja oferta atenda ao edital de licitação.

25 Consórcio	25.1. A Oferta apresentada por um Consórcio de duas ou mais empresas como parceiras devem atender aos seguintes requisitos, salvo se indicado de outra forma na FDL: a) a Oferta deverá conter todas as informações listadas nas IAL 24.2 para cada membro do Consórcio; b) a Oferta deverá ser assinada de forma que constitua uma obrigação legal para todos os membros; c) todos os membros serão conjunta e solidariamente responsáveis pela execução do Contrato de acordo com as condições desse Contrato; d) um dos membros deverá ser nomeado como representante e autorizado a assumir responsabilidades e a receber instruções por e, em nome de qualquer ou todos os membros do Consórcio; e) uma cópia do Acordo do Consórcio, celebrado pelos membros, deverá ser submetida com a Oferta; ou uma Carta de Intenção para formalizar um Acordo de constituição de um Consórcio caso sejam selecionados, a qual deverá ser assinada por todos os membros e submetida com a Oferta, juntamente com uma cópia do Acordo proposto. O Acordo ou a Carta deverá especificar a empresa líder, a porcentagem de participação de cada membro na execução da totalidade do Contrato, e forma de faturamento do contrato. 25.2. Cada empresa consorciada deverá apresentar a documentação de habilitação exigida neste Edital. 25.2.1. Será admitido, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, observadas as proporções mínimas abaixo: a) Para que um consórcio se qualifique, o sócio líder deve atender pelo menos 40% dos critérios mínimos para um Licitante individual, e os outros sócios devem atender a, no mínimo, 25% dos critérios. b) O não cumprimento deste requisito resultará na rejeição da oferta do consórcio. 25.2.2. O Licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido na alínea (e) da IAL 25.1.
----------------------------	--

26 Determinação do Vencedor	26.1. O Licitante que oferecer a oferta de menor valor avaliado, substancialmente responsiva ao edital, e que atenda aos critérios de qualificação, C será declarado vencedor. 26.2. Se a oferta não for aceitável ou se o Licitante não atender às exigências de habilitação, o Contratante examinará a oferta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma oferta que atenda ao edital.
27 Recursos	27.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que não poderá ser inferior a 10 (dez) minutos, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer sobre o julgamento das ofertas e/ou o ato de habilitação e/ou sua inabilitação. 27.1.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a intimação, sob pena de preclusão; 27.2. O prazo para apresentação das razões do recurso é de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação no sistema. 27.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema. 27.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento das razões do recurso. 27.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos. 27.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses. 27.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente. 27.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento. 27.9. Os documentos do recurso permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico indicados na IAL2.2.

F. Adjudicação do Contrato

28 Adjudicação e Homologação	28.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que antes do fim do prazo de validade da oferta, promoverá a adjudicação do objeto e homologação da licitação. 28.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo Contratante. 28.3. Após a homologação e adjudicação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente. 28.3.1. O adjudicatário terá o prazo de até dez (10) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato, ata de registro de preços ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital. 28.3.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, ata de registro de preços ou instrumento equivalente, a Contratante poderá disponibilizar os meios indicados na FDL. 28.3.3. O prazo indicado na IAL 28.3.1 poderá ser prorrogados por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Contratante. 28.4. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo Licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços. 28.5. A Notificação de Adjudicação do Contrato deve ser publicada no website com acesso livre do Contratante, se disponível, ou em pelo menos em um jornal de circulação nacional no país do Contratante ou no Diário Oficial.
29 Garantia de Execução	29.1. Como condição à assinatura do contrato, o Licitante vencedor deve entregar ao Contratante uma Garantia de Execução no valor e na forma estipulados na FDL.

30 Penalidades	30.1. Garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa, poderá ficar impedido de licitar e de contratar com a Administração Pública, e será descredenciado no SICAF, ou do sistema equivalente definido na IAL 6.1(b), pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das sanções e multas previstas na FDL, o licitante que, com dolo ou culpa: (a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a) durante o certame; (b) salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a oferta em especial quando: i. não enviar a oferta adequada ao último lance; ii. recusar-se a enviar o detalhamento da oferta quando exigível; iii. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; iv. deixar de apresentar amostra; v. apresentar oferta ou amostra em desacordo com as especificações do edital. (c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua oferta; (d) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração; (e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação; (f) comportar-se de modo inidôneo ou agir em desconformidade com as Diretrizes do Banco Mundial sobre Fraude e Corrupção, conforme IAL 3 e Apêndice 1 da Minuta de Contrato deste Edital. 30.2. As sanções descritas na IAL 30.1 também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.
	31.1. Homologada a licitação, se previsto nas IAL 1.2, será lavrada Ata de Registro de Preços (Seção VI) com vigência de 1 (um) ano, que poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, a contar da data de sua assinatura. 31.2. O licitante mais bem classificado terá o prazo indicado na FDL, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital. 31.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que: a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

31 Ata de Registro de Preços	b) a justificativa apresentada seja aceita pela Contratante. 31.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços. 31.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes na Seção VII - Especificações Técnicas, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições. 31.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será, caso aplicável, divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ou outro que venha a substituí-lo e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços. 31.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada. 31.7. Na hipótese de o Licitante vencedor se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, decairá do direito à contratação, podendo a Administração convocar o Licitante classificado em segundo lugar e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na IAL 30.1. 31.8. A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer entidade ou órgão da Administração Pública, que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador. 31.9. Caberá ao Fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados na Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas anteriormente. 31.10. As contratações adicionais eventualmente originadas conforme IAL 31 não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
--	--

32 Disposições Gerais	32.1. Todos os horários estabelecidos no edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame. 32.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início do prazo e incluir-se-á o do seu encerramento, encerrando-se os prazos somente em dias de expediente normais. 32.3. Esta Licitação poderá ser revogada por interesse do Contratante, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, sem que os Licitantes tenham direito a qualquer indenização, ressalvado o direito do Contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato. 32.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua Oferta durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico. 32.5. As normas que disciplinam esta Licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse do Contratante, a finalidade e a segurança da contratação. 32.6. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro indicado na FDL.
--	---

Seção II. Folha de Dados da Licitação (FDL)	
As seguintes informações específicas sobre a Licitação deverão complementar, suplementar ou modificar as disposições presentes nas Instruções aos Licitantes (IAL) da Seção I. Sempre que ocorra conflito, as disposições aqui contidas prevalecem sobre aquelas.	
IAL	Definições da FDL
	Contratante: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEAD/PI Pregoeira: Eduarda Castelo Branco Torres Objeto: Aquisição de Infraestrutura de Tecnologia da Informação - TI, incluindo microcomputadores, equipamentos com foco em ambientes de virtualização, backup, armazenamento de dados em larga escala e suporte a serviços críticos internos, equipamentos

de audiovisual e sistema de câmeras e controle de acessos para atender às necessidades da sede da Procuradoria-Geral do Estado do Piauí - PGE/PI, conforme planilha de quantidades abaixo, extraída das Especificações Técnicas - Seção VI deste Edital.

LOTE I			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	MICROCOMPUTADOR DESKTOP DE ALTO DESEMPENHO - PROCESSADOR i7	UN	115
02	MONITOR LED 23,8"	UN	115

LOTE II			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	SERVIDOR DE RACK 2U COM 12 BAIAS DE 3.5"	UN	01

LOTE III			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	CÂMERA IP BULLET – TIPO 1	UN	01
02	CÂMERA IP TURRET – TIPO 2	UN	53
03	CÂMERA IP TURRET – TIPO 3	UN	16
04	CÂMERA IP BULLET PARA USO EXTERNO – TIPO 4	UN	21
05	CÂMERA IP PTZ – TIPO 5	UN	02
06	GRAVADOR DE VÍDEO EM REDE PARA CÂMERAS IP	UN	07
07	SWITCH DE REDE TIPO 1	UN	08
08	SWITCH DE REDE TIPO 2	UN	04
09	SWITCH DE REDE TIPO 3	UN	01
10	SWITCH DE REDE TIPO 4	UN	01
11	EQUIPAMENTO PARA TRANSMISSÃO DE DADOS	PAR	03
12	MONITOR DE VÍDEO PROFISSIONAL	UN	02
13	RACK METÁLICO TIPO 1	UN	06
14	RACK METÁLICO TIPO 2	UN	01
15	NOBREAKS TIPO 1	UN	06
16	NOBREAK TIPO 2	UN	01
17	NOBREAK TIPO 3	UN	01
18	CATRACAS PARA CONTROLE DE ACESSO	KIT	01
19	SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSOS TIPO 1	UN	06
20	SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSOS TIPO 2	UN	03
21	DETECTOR DE METAIS TIPO PORTAL	UN	05
22	CABO UTP MULTILAN CATEGORIA 6	METRO	6.500
23	CONECTOR PARA CABO UTP CATEGORIA 6	UN	182
24	FIBRA ÓPTICA DO TIPO DROP METÁLICO	METRO	200

1.1

25	CORDÃO ÓPTICO SIMPLEX 1,5 METROS	UN	12
26	TRANSCEPTOR SFP 1GBPS	UN	08
27	MESA CONTROLADORA IP PARA CÂMERAS SPEEDDOME	UN	01
28	SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE CONTROLE DE ACESSOS	UN	01
29	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	UN	01

LOTE IV			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	MÓDULO DE POTÊNCIA - AMPLIFICADOR	UN	02
02	CAIXAS ACÚSTICAS COM DRIVER DE COMPRESSÃO DE ALTA FREQUÊNCIA E WOOFER INTEGRADO PARA AUDITÓRIOS	UN	10
03	FIO BICOLOR PARALELO 2 VIAS DE 2,5MM (12 AWG)	METRO	150
04	INTERFACE DE AUDIO DIGITAL - MESA DIGITAL WIRELESS COM CONTROLE DE WIFI INTEGRADO	UN	02
05	CABOS DE CONEXÃO XLR (CANON)	UN	20
06	SISTEMA DE MICROFONES CARDIOIDES SEM FIO COM BASE RECEPTORA	UN	04
07	SISTEMA DE MICROFONES GOOSENECK (PESCOÇO DE GANSO) SEM FIO	UN	08
08	PAINEL DE LED INDOOR 4 x 2 METROS E RESOLUÇÃO P2.9	UN	01

1.2	Esta Licitação não objetivará o Registro de Preços do objeto descrito nas IAL 1.1.
2.1	Acordo de Empréstimo: nº 9593-BR Pró-Gestão Piauí: Projeto de Eficiência na Gestão do Setor Público (Programa de Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do Gasto Público do Estado do Piauí) Mutuário: Estado do Piauí
2.2	Sistema Eletrônico: <i>Licitacoes-e do Banco do Brasil</i> Endereço de acesso ao Sistema: https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/ Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento, novembro de 2020, do Banco Mundial.

5.2	As informações sobre as empresas e indivíduos sancionados são fornecidas no website do Banco (www.worldbank.org/debarr).
6.1 (a)	Os Licitantes devem estar cadastrados no sistema https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/ do Banco do Brasil.
6.1 (b)	Os Licitantes devem estar registrados no SICAF ou CADUF. Para se registrarem os Licitantes devem: iniciar o cadastro no SICAF no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br, seguir as orientações estabelecidas pelo sistema eletrônico do Compras Governamentais. Para se registrarem no CADUF os licitantes devem seguir as orientações no site https://www.sead.pi.gov.br/novo-caduf.
8.1	Os pedidos de esclarecimentos deverão ser solicitados até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame através do endereço eletrônico cel@sefaz.pi.gov.br, sendo que as respostas serão divulgadas nos sítios: https://portal.sefaz.pi.gov.br/documentos?folderId=69d54c90c41c7a0901bd7cc1&sort=recent&parentId=69d53acfc41c7a090111655c https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/
9.3	As impugnações e os pedidos de esclarecimentos serão realizados por meio do endereço eletrônico cel@sefaz.pi.gov.br e as respostas serão divulgadas nos sítios eletrônicos: https://portal.sefaz.pi.gov.br/documentos?folderId=69d54c90c41c7a0901bd7cc1&sort=recent&parentId=69d53acfc41c7a090111655c https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/
11.1	O Licitante deverá preencher no sistema eletrônico indicado na IAL 2.2 os seguintes campos: <i>a) Valor unitário e total do item;</i> <i>b) marca;</i> <i>c) fabricante;</i> <i>d) Quantidade ofertada;</i> <i>e) O Licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que:</i> <i>1) Cumpre os requisitos de habilitação;</i> <i>2) Sua oferta está em conformidade com as exigências deste Edital;</i> <i>3) Inexiste qualquer fato impeditivo de sua participação nesta Licitação ou de sua contratação;</i> <i>4) Conhece e aceita os regulamentos do Sistema Eletrônico;</i> <i>5) Outras declarações exigidas pelo Sistema.</i>

11.3	As declarações de ME/EPP servem apenas para fins estatísticos e de qualificação, mas não conferem direito à reserva de cota.
13.1	O prazo de validade da oferta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura da sessão pública. Em circunstâncias excepcionais, o Contratante pode solicitar ao Licitante que prorogue o período de validade por um período adicional específico, mas não será permitida ou exigida qualquer alteração à oferta.
14.1	Não se aplica.
15.1	As Ofertas deverão ser enviadas através do sistema até às 09:00 horas de 16/06/2026. Esta Licitação será do tipo “menor preço por lote”. Os lances deverão ser ofertados pelo valor do lote.
16.1	A sessão pública iniciar-se-á às 09:00 horas do dia 16/06/2026.
17.2	Os Lances serão ofertados de acordo com o seguinte modo de disputa: “Aberto e fechado” 17.2.1. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado. 17.2.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances. 17.2.3. Encerrado o prazo previsto, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo. 17.2.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas na IAL 17.2.1, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

17.5	O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R\$ 1,00 (um real).
19.1 e 19.2	Para fins desta licitação, não se aplica o mecanismo de empate ficto previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em conformidade com o Regulamento de Aquisições do Banco Mundial.
19.4	Havendo eventual empate entre ofertas ou lances, o critério de desempate será adotado na seguinte ordem: a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova oferta em ato contínuo à classificação; b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na lei nacional de licitações; c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme <i>regulamento</i>; d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
22.1	A apresentação de amostra não será exigida.
	A habilitação dos licitantes será verificada, de acordo com os documentos a seguir abrangidos: (a) Habilitação jurídica: (i) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional; (ii) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; (iii) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor; (iv) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; (v) Sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede; (vi) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; (vii) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

(viii) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

(b) Qualificação Técnica:

(i) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pelo Contratante Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

(c) Habilitação fiscal, social e trabalhista :

(i) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

(ii) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

(iii) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

(iv) Os Licitantes deverão também apresentar declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

(v) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

(vi) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

(vii) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

1) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

(d) Qualificação Econômico-Financeira:

(i) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

(ii) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

(iii) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

1) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

2) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor da oferta.

O atendimento dos índices econômicos previstos no inciso (iii) deverão ser atestados mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da qualificação econômico-financeira e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

24.2.1 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

24.2.1.1 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

24.2.1.2 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

24.4

O Licitante, que não opere no país do Contratante, **deverá** comprovar que é ou será (se lhe for adjudicado o contrato) representado, no país do contratante, por um agente autorizado e capaz de realizar a manutenção, reparação e fornecer peças de reposição, conforme as obrigações do Contratado previstas nas Condições do Contrato e/ou Especificações Técnicas.

24.5

O Licitante **deverá** apresentar autorização do Fabricante ou Produtor dos Bens demonstrando que está devidamente autorizado para fornecer esses Bens no país do Contratante.

24.8	Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia simples. (a) os documentos apresentados, que forem retirados via internet, não precisarão ser autenticados, devendo sua autenticidade ser verificada posteriormente pelo pregoeiro. (b) os documentos a serem apresentados em arquivo PDF deverão ser obtidos a partir de digitalização do arquivo original ou da respectiva cópia autenticada.
28.3.2	(a) <i>disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 10 (dez) dias úteis; ou</i> (b) <i>outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 10 (dez) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.</i>
29.1	Nesta licitação não será exigida a Garantia de Execução.

30.1	A Administração poderá aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal: (a) advertência; (b) multa; (c) impedimento de licitar e contratar e (d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. 30.1.1 Na aplicação das sanções serão considerados: (a) a natureza e a gravidade da infração cometida; (b) as peculiaridades do caso concreto; (c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes; (d) os danos que dela provierem para a Administração Pública; (e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle. 30.1.1.1 Para as infrações previstas nas alíneas (a), (b), (c) e (d) da IAL 30.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado. 30.1.1.2 Para as infrações previstas nas alíneas (e) e (f) da IAL 30.1, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado. 30.1.2 A multa será recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial. 30.1.2 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
31.1	Depois de convocado, o Licitante deverá assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preços em até 10 (dez) dias, contados a partir da homologação da Licitação.
32.6	Fica eleito o foro da Comarca de Teresina/PI para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação e não resolvidas na esfera Administrativa.

(assinado eletronicamente)

Emílio Joaquim de Oliveira Júnior
SECRETÁRIO DA FAZENDA

Seção III. Termo de Contrato



SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ
Av. Pedro Freitas, 1900, Centro Administrativo, Bloco C, 2º Andar - Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP 64018-900
Telefone: - (86) 3194-6600 <https://portal.sefaz.pi.gov.br>

MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO - MINUTA

Este CONTRATO é firmado aos [inserir: dias] dias do mês [inserir: mês] do ano [inserir: ano]

ENTRE

(1) O Estado do Piauí, por intermédio da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ, inscrita no CNPJ sob o nº 06.553.499/0001-40, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, com sede na Av. Pedro Freitas, S/Nº, Bloco "I", Centro Administrativo, neste ato representado por seu Secretário de Administração, o Sr. Samuel Pontes do Nascimento, portador (a) da Cédula de Identidade nº (....), inscrito(a) no CPF sob o nº (.....); e

(2) [inserir nome do Contratado, [CNPJ]], uma empresa constituída sob as leis de [inserir: país do Fornecedor], neste ato representado por [cargo, nome completo, RG e CPF] e tenha a sua sede principal em [inserir: endereço do Fornecedor] (doravante denominado "Fornecedor").

CONSIDERANDO que o Contratante solicitou oferta para determinados bens e serviços comuns, a saber, aquisição de Infraestrutura de Tecnologia da Informação - TI, incluindo microcomputadores, equipamentos com foco em ambientes de virtualização, backup, armazenamento de dados em larga escala e suporte a serviços críticos internos, equipamentos de audiovisual e sistema de câmeras e controle de acessos, composto dos seguintes itens: 115 MICROCOMPUTADOR DESKTOP DE ALTO DESEMPENHO - PROCESSADOR i7, 115 MONITOR LED 23.8", 01 SERVIDOR DE ALTO DESEMPENHO, PADRÃO RACK 2U, COM SUPORTE A ATÉ DOIS PROCESSADORES, 01 CÂMERA IP BULLET - TIPO 1, 53 CÂMERA IP TURRET - TIPO 2, 16 CÂMERA IP TURRET - TIPO 3, 21 CÂMERA IP BULLET PARA USO EXTERNO - TIPO 4, 02 CÂMERA IP PTZ - TIPO 5, 07 GRAVADOR DE VÍDEO EM REDE PARA CÂMERAS IP, 08 SWITCH DE REDE - TIPO 1, 04 SWITCH DE REDE - TIPO 2, 01 SWITCH DE REDE - TIPO 3, 01 SWITCH DE REDE - TIPO 4, 03 (PAR) EQUIPAMENTO PARA TRANSMISSÃO DE DADOS, 02 MONITOR DE VÍDEO PROFISSIONAL, 06 RACK METÁLICO TIPO 1, 01 RACK METÁLICO TIPO 2, 06 NOBREAKS DO TIPO 1, 01 NOBREAK TIPO 2, 01 NOBREAK TIPO 3, 01 (KIT) CATRACAS PARA CONTROLE DE ACESSO, 06 SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO TIPO 1, 03 SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO TIPO 2, 05 DETECTOR DE METAIS TIPO PORTAL, 6500 (m) CABO UTP MULTILAN - CATEGORIA 6, 182 CONECTOR PARA CABO UTP CATEGORIA 6, 200 (m) FIBRA ÓPTICA DO TIPO DROP METÁLICO, 12 CORDÃO ÓPTICO SIMPLEX 1,5 METROS, 08 TRANSCEPTOR SFP 1GBPS, 01 MESA CONTROLADORA IP PARA CÂMERAS SPEEDDOME, 01 SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE CONTROLE DE ACESSOS, 01 SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, 02 MÓDULO DE POTÊNCIA - AMPLIFICADOR, 10 CAIXAS

ACUSTICAS COM DRIVER DE COMPRESSAO DE ALTA FREQUENCIA E WOOFER INTEGRADO PARA AUDITÓRIOS, 150 (m) FIO BICOLOR PARALELO 2 VIAS DE 2,5MM (12 AWG), 02 INTERFACE DE AUDIO DIGITAL - MESA DIGITAL WIRELESS COM CONTROLE DE WIFI INTEGRADO, 20 CABOS DE CONEXÃO XLR (CANON), 04 SISTEMA DE MICROFONES CARDÍOÍDES SEM FIO COM BASE RECEPTORA, 08 SISTEMA DE MICROFONES GOOSENECK (PESCOÇO DE GANSO) SEM FIO, 01 PAINEL DE LED INDOOR 4 x 2 METROS E RESOLUÇÃO P2.9, conforme Documento de Especificações Técnicas (ID SEI nº 0021596916), visando atender às demandas tecnológicas da Procuradoria-Geral do Estado do Piauí, garantindo eficiência e inovação no serviço público e aceitou uma oferta do Contratado para o fornecimento desses bens e serviços no montante de [Valor do Contrato inserir por extenso e os valores, expressos em moeda do Contrato (s)] doravante denominado "Valor do Contrato", conforme despacho exarado no Processo Administrativo nº 00003.006781/2025-82 vinculado ao Parecer Jurídico PGE nº (....) e Especificações Técnicas, e o que mais consta dos citados autos, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, os quais submetem as partes para todos os efeitos.

DE ACORDO COM AS SEGUINTE CLÁUSULAS:

1. Neste Contrato as palavras e expressões terão os mesmos significados a elas atribuídos no Edital do Pregão Eletrônico SEFAZ/PI Nº ____/2026 e nas Condições Gerais do Contrato.
2. Os documentos que constituem o Contrato entre o Contratante e Contratado devem ser lidos e interpretados como parte integrante deste instrumento:
 - a) Termo de Contrato
 - b) Oferta do Contratado,
 - c) Condições Especiais do Contrato
 - d) Condições Gerais do Contrato
 - e) Descrição dos Bens e Serviços Correlatos
 - f) [acrescentar aqui qualquer outro documento (s)(p.ex: planilhas, garantias, etc)]
3. Este Contrato prevalece sobre todos os outros documentos contratuais. Em caso de divergência ou incoerência entre os documentos do Contrato, os documentos devem prevalecer na ordem listada acima.
4. Pelos pagamentos a serem feitos pelo Contratante ao Contratado, o Contratado se compromete, por este instrumento e perante o Contratante, a fornecer os Bens e Serviços e corrigir defeitos em total conformidade, sob todos os aspectos, com as provisões do Contrato.
5. O Contratante se compromete, por este instrumento, a pagar ao Contratado, pelo fornecimento dos Bens e Serviços, o valor contratado ou outro montante que for devido conforme acordado no Contrato, nos prazos e forma ajustados, correndo as respectivas despesas à conta de Ação Orçamentária: 21.101.04.126.0109.7100; Natureza da Despesa: 449052 e Fonte do Recurso: 754 – Recursos de Operações de Crédito.

Por estarem as partes de acordo, justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento de igual teor e forma que, depois de lido e assinado, produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas e assinadas, em conformidade com a legislação no dia, mês e ano acima indicados.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ
Samuel Pontes do Nascimento
Pelo Contratante

Pelo Contratado

Na presença de:

Pelo Contratante
[inserir nome completo e RG]

Pelo Contratado
[inserir nome completo e RG]

Seção IV. Condições Gerais do Contrato (CGC)
CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO

1. Definições	1.1 1.1. As palavras e expressões a seguir terão o significado aqui atribuído a elas a) “Banco” significa o Banco Mundial e se refere ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) ou a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID). b) “Contrato” significa o Contrato celebrado entre o Contratante e o Fornecedor, juntamente com os Documentos Contratuais aos quais faça menção, a saber, todos os anexos, apêndices e demais documentos incorporados por referência. c) “Documentos Contratuais” significam os documentos referentes ao Contrato, incluindo eventuais alterações. d) “Preço do Contrato” significa o preço a ser pago ao Contratado conforme especificado no Contrato, sujeito aos acréscimos, ajustes ou deduções previstas no Contrato. e) “Dia” significa um dia corrido. f) “Conclusão” significa a conclusão, pelo Contratado, dos Serviços Correlatos, de acordo com as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato. g) A sigla “CGC” significa as Condições Gerais do Contrato. h) “Bens” designa todas as mercadorias, matérias-primas, maquinário, equipamentos e/ou demais materiais que o Contratado se obriga a entregar ao Contratante, conforme estipulado no Contrato. i) “Contratante” significa a pessoa jurídica que adquire os Bens e Serviços Correlatos, conforme especificado nas CEC. j) “Serviços Correlatos” significa os serviços acessórios ao fornecimento dos Bens, tais como contratação de seguro, instalação, treinamento, manutenção inicial e outras obrigações do Contratado consoante o Contrato. k) A sigla “CEC” significa as Condições Especiais do Contrato. l) “Subcontratado” significa toda pessoa física, pessoa jurídica da esfera privada ou pública, ou uma combinação destas, subcontratada pelo Contratado para fornecer qualquer parte dos Bens ou executar qualquer parte dos Serviços Correlatos. m) “Contratado” significa a pessoa física, pessoa jurídica da esfera privada ou pública, ou uma combinação destas, cuja Oferta referente à execução do Contrato tenha sido aceita pelo Contratante e que assim seja designada no Contrato. n) A expressão “Local do Projeto”, quando aplicável, significa o local designado nas CEC. o) O termo EAS/ASE, quando usado no Contrato, terá o seguinte significado: “Exploração e Abuso Sexual” “(EAS)” significa o seguinte: • Exploração Sexual é definida como qualquer abuso real ou tentado de posição de vulnerabilidade, diferença de poder ou confiança, para fins sexuais, inclusive, entre outros, o lucro monetário, social ou político da exploração sexual de outra pessoa. • Abuso Sexual é definido como a intrusão física real ou ameaçada de natureza sexual, seja pela força ou em condições desiguais ou coercitivas. “Assédio Sexual” (ASE) é definido como investidas sexuais indesejadas, pedidos de favores sexuais e outras condutas verbais ou físicas de natureza sexual por parte da Equipe do Fornecedor e direcionados a outros membros da Equipe do Fornecedor ou do Comprador.
-----------------------------	---

2. Documentos Contratuais	2.1. Conforme a ordem de precedência estipulada no Contrato, todos os documentos que compõem o Contrato (e todas as respectivas partes) serão considerados correlatos, complementares e mutuamente explicativos. O Contrato deverá ser lido como um todo.
3. Fraude e Corrupção	3.1. As Diretrizes de Combate à Corrupção do Banco e as políticas e procedimentos vigentes do Sistema de Sanções do Grupo Banco Mundial são de cumprimento obrigatório, conforme disposto no Apêndice 1 das CGC. 3.2. O Contratante exige que o Contratado informe todas as comissões ou honorários que possam ter sido pagos ou que devam ser pagos a agentes ou a qualquer outra parte com relação ao processo licitatório ou execução do Contrato. As informações divulgadas deverão incluir, no mínimo, o nome e o endereço do agente ou outra parte, o valor e a moeda e a finalidade da comissão, gratificação ou honorário.
4. Idioma	4.1. O Contrato, assim como todas as correspondências e os documentos trocados pelo Contratante e Contratado relacionados ao Contrato, deverão ser redigidos no idioma especificado nas CEC. Os documentos de apoio e bibliografia impressa que fazem parte do Contrato poderão estar em outro idioma, desde que acompanhados de uma tradução fiel dos trechos relevantes para o idioma especificado, tradução esta que prevalecerá em relação ao outro idioma para fins de interpretação do Contrato. 4.2. O Contratado arcará com todos os custos da tradução para o idioma oficial e arcará com todos os riscos relativos à exatidão de tal tradução no que se refere aos documentos por ele apresentados.
5. Joint Venture, Consórcio ou Associação	5.1. Se o Contratado for uma Joint Venture, consórcio ou associação, todas as Partes terão responsabilidade solidária perante o Contratante pelo cumprimento das disposições do Contrato, e designarão uma Parte para atuar como Parte responsável com autoridade para obrigar a Joint Venture, consórcio ou associação. A composição ou a constituição da Joint Venture, consórcio ou associação não deverá ser alterada sem o consentimento prévio do Contratante.
6. Elegibilidade	6.1. O Contratado e seus Subcontratados devem ter a nacionalidade de um país elegível pelo Banco. Um Contratado ou subcontratado deve ser considerado como tendo a nacionalidade de um país, se for um cidadão constituído, reconhecido ou registrado, em conformidade com as disposições legais desse país. 6.2. Todos os Bens e Serviços Correlatos a serem fornecidos no âmbito do Contrato e financiados pelo Banco devem ter sua origem em países elegíveis. Para os fins desta Cláusula, “origem” refere-se ao país onde as mercadorias foram produzidas, extraídas, cultivadas, fabricadas ou transformadas, mediante beneficiamento, montagem, ou outro processo de resultado reconhecido pelo Contratante ou pelo Banco, que não difere substancialmente as características básicas de seus componentes.
7. Avisos	7.1. Qualquer aviso dado por uma Parte à outra nos termos do Contrato deverá ser feito por escrito, dirigido ao endereço especificado nas CEC. O termo “por escrito” significa comunicado por escrito com comprovante de recebimento. 7.2. O aviso entrará em vigor quando da sua entrega ou na data designada, o que ocorrer por último.
8. Legislação Aplicável	8.1. O Contrato será regido e interpretado de acordo com as leis do País do Contratante, salvo especificação em contrário nas CEC.

9. Solução de controvérsias	9.1. O Contratante e o Contratado deverão empreender todos os esforços para resolver amigavelmente, por meio de negociações informais diretas, qualquer divergência ou controvérsia que surja entre eles relacionadas ao Contrato. 9.2. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca especificada nos CEC.
10. Inspeções e auditoria pelo Banco	10.1. O Contratado manterá, e envidará todos os esforços razoáveis para fazer com que seus Subcontratados ou subconsultores mantenham contas e registros precisos e sistemáticos relativos aos Bens, na forma e com os detalhes que identifiquem claramente as variações de carga de trabalho e de custos. 10.2. De acordo com o parágrafo 2.2 (e) do Apêndice às Condições Gerais, o Contratado deverá permitir e assegurar que seus agentes (declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço, fornecedores e seu pessoal permitam, ao Banco e/ou pessoas por ele designadas, inspecionar o local dos serviços e/ou os documentos e registros contábeis, demonstrações e outros documentos relativos ao processo de licitação, seleção e/ou execução do Contrato, e providenciar para que sejam verificados por auditores designados pelo Banco. O Contratado, seus subcontratados e subconsultores deverão atentar para a CGC 3.1, que estabelece, entre outros, que os atos destinados a obstruir o exercício dos direitos de inspeção e auditoria do Banco constituem prática proibida sujeita a extinção contratual (assim como determinação da inelegibilidade, de acordo com os procedimentos de sanções vigentes do Banco).
11. Escopo de fornecimento	11.1. Os Bens e Serviços Correlatos a serem fornecidos serão conformes aos previstos nas Especificações Técnicas - Descrição dos Bens e Serviços Correlatos.
12. Entrega de Bens, Serviços e Documentos	12.1. A entrega dos Bens e Serviços Correlatos deve estar em conformidade com os prazos indicado nas CEC. 12.2. Os Bens e/ou Serviços Correlatos deste Contrato deverão ser entregues no(s) local(is) e/ou Destino(s) Final(is) especificados nas CEC.
13. Responsabilidades do Contratado	13.1. O Contratado deverá fornecer todos os Bens e Serviços Correlatos previstos no Escopo de Fornecimento, de acordo com a CGC 11, e o os prazos de entrega de bens e serviços, de acordo com a CGC 12. 13.2. O Contratado, inclusive seus Subcontratados, não empregará ou mobilizará trabalhadores forçados ou pessoas vítimas de tráfico, conforme definido abaixo: (a) Trabalho forçado é qualquer trabalho ou serviço não realizado voluntariamente que é exigido de uma pessoa sob ameaça de força ou penalidade, e inclui qualquer tipo de trabalho involuntário ou compulsório, como contrato de servidão, trabalho por dívida ou arranjos semelhantes de contratação de trabalho. (b) O tráfico de pessoas é definido como o recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de pessoas por meio da ameaça ou uso da força ou outras formas de coerção, abdução, fraude, engano, abuso de poder ou situação de vulnerabilidade ou, ainda, da oferta ou recebimento de pagamentos ou vantagens para obter o consentimento de uma pessoa que tenha controle sobre outra pessoa, para fins de exploração. 13.3. O Contratado, inclusive seus Subcontratados, não deverá empregar ou mobilizar menores de 14 anos, a menos que a legislação nacional especifique uma idade maior (a idade mínima).

	13.4. O Contratado, inclusive seus Subcontratados, não deverá empregar ou mobilizar menores entre a idade mínima e os 18 anos de maneira que possa ser perigosa ou interferir em sua educação ou ser prejudicial à sua saúde ou desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social. 13.5. O trabalho considerado perigoso para menores é aquele que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que é realizado, pode colocar em risco a saúde, a segurança ou a moral dos menores. Essas atividades proibidas para menores incluem o trabalho: (a) trabalho com exposição a abuso físico, psicológico ou sexual; (b) trabalho com exposição a abuso físico, psicológico ou sexual; (c) trabalho subterrâneo, subaquático, em alturas ou em espaços confinados; (d) trabalho com máquinas, equipamentos ou ferramentas perigosas, ou que envolva o manuseio ou transporte de cargas pesadas; (e) em ambientes insalubres que exponham os menores a substâncias, agentes ou processos perigosos, ou a temperaturas, ruídos ou vibrações prejudiciais à saúde; ou (f) trabalho em condições difíceis, como trabalho com jornada prolongada, trabalho noturno ou em confinamento nas dependências do empregador. 13.6. O Contratado deverá cumprir e exigir que seus Subcontratados, se houver, cumpram todos os regulamentos, leis, diretrizes e quaisquer outros requisitos de saúde e segurança aplicáveis indicados nas Especificações Técnicas. 13.7. De acordo com as CEC, o Contratado, incluindo seus Subcontratados/Fornecedores/fabricantes, deverá tomar todas as providências técnicas e organizacionais necessárias para proteger os sistemas de tecnologia da informação e dados usados em razão do Contrato. Sem limitações ao acima exposto, o Contratado, incluindo seus Subcontratados/Fornecedores/ fabricantes, deverá envidar todos os esforços possíveis para estabelecer, manter, implantar e cumprir controles, políticas e procedimentos razoáveis de tecnologia da informação, segurança da informação, segurança cibernética e proteção de dados, incluindo a supervisão, controles de acesso, criptografia, salvaguardas tecnológicas e físicas e planos de continuidade de negócios/recuperação de desastres e segurança que visem proteger e prevenir a violação, destruição, perda, distribuição não autorizada, uso, acesso, desativação, apropriação indébita ou modificação ou, ainda, outro comprometimento ou uso indevido de/relativo a qualquer sistema de tecnologia da informação ou dados usados em função do Contrato. 13.8. O Contratado deverá cumprir as obrigações adicionais especificadas nas CEC.
14. Preço do Contrato	14.1. Os preços cobrados pelo Contratado pelos Bens fornecidos e os Serviços Correlatos, realizados no âmbito do Contrato, não deverão divergir dos preços cotados pelo Contratado em sua Oferta, salvo reajustes de preços autorizados nas CEC.

15. Termos de pagamento	15.1. O Preço do Contrato, incluindo adiantamentos, se aplicável, deverá ser pago conforme especificado nas CEC. 15.2. A solicitação de pagamento do Contratado deverá ser feita ao Contratante por escrito, acompanhada de faturas que descrevam, conforme o caso, os bens entregues e serviços correlatos executados, e de documentos apresentados conforme a solicitados nas CEC, mediante o cumprimento de todas as outras obrigações estipuladas no Contrato. 15.3. Os pagamentos deverão ser feitos prontamente pelo Contratante, porém em hipótese alguma poderão ultrapassar o prazo de 60 (sessenta) dias após a apresentação de uma fatura ou solicitação de pagamento pelo Contratado, e depois de sua aceitação pelo Contratante. 15.4. Se o Contratante deixar de fazer ao Contratado qualquer pagamento até a sua data de vencimento ou dentro do prazo estabelecido nas CEC, o Contratante deverá pagar ao Contratado juros sobre o valor do pagamento em atraso à taxa indicada nas CEC, pelo período de atraso, até que o pagamento seja quitado integralmente, antes ou depois da decisão ou adjudicação da arbitragem.
16. Impostos e encargos	16.1. O Contratado ficará inteiramente responsável por todos os impostos, encargos, taxas de licença, e outros tributos cobrados dentro e fora do País do Contratante. 16.2. O Contratante deverá empreender todos os esforços para permitir que o Contratado se beneficie de qualquer economia com tributos, na máxima medida possível, em caso de eventuais isenções, reduções, abatimentos ou privilégios fiscais disponíveis para o Contratado no País do Contratante.
17. Garantia de Execução	17.1. Quando determinado pelas CEC, o Contratado deverá apresentar uma Garantia de Execução referente ao cumprimento das obrigações do Contrato no valor e condições especificadas nas CEC.
18. Direitos autorais	18.1. Ao Contratante será assegurado, nos termos deste Contrato, o direito adquirido sobre todos os desenhos, documentos e outros materiais que contenham dados e informações fornecidos pelo Contratado, ou, se tais materiais forem fornecidos ao Contratante por qualquer terceiro, incluindo fornecedores de materiais, diretamente ou por meio do Contratado, os direitos autorais de tais materiais permanecerão em posse do terceiro.

19. Informações confidenciais	19.1. Os Contratantes deverão manter a confidencialidade e não deverão divulgar a terceiros, sem o consentimento por escrito da outra Parte, quaisquer documentos, dados ou outras informações relacionados ao Contrato fornecidas, direta ou indiretamente, pela outra Parte, independentemente de essas informações terem sido fornecidas antes, durante ou após a conclusão ou extinção do Contrato. Sem prejuízo do disposto acima, o Contratado poderá fornecer ao subcontratado documentos, dados e outras informações que receber do Contratante na medida necessária para que o subcontratado execute seu trabalho em cumprimento ao Contrato, caso em que o Contratado deverá obter de tal subcontratado um compromisso de confidencialidade semelhante à imposta ao Contratado nos termos das CGC 19. 19.2. O Contratante não deverá usar tais documentos, dados e outras informações recebidas do Fornecedor para quaisquer fins não relacionados ao Contrato. Da mesma forma, o Fornecedor não deverá usar tais documentos, dados e outras informações recebidas do Contratante para qualquer finalidade que não seja a execução do Contrato. 19.3. No entanto, a obrigação de uma Parte, nos termos das CGC 19.1 e CGC 19.2 acima, acima, não se aplicará às informações que: (a) o Contratante ou o Fornecedor precisar compartilhar com o Banco ou outras instituições participantes do financiamento do Contrato; (b) entrarem, neste momento ou posteriormente, no domínio público sem culpa das Partes; (c) estivessem, comprovadamente, em posse daquela Parte no momento da divulgação e não forem previamente obtidas, direta ou indiretamente, da outra Parte; ou (d) se tornaram disponíveis legalmente para essa Parte por meio de um terceiro que não tem a obrigação de confidencialidade. 19.4. As disposições das CGC 19 não deverão modificar, em hipótese alguma, qualquer compromisso de confidencialidade assumido por qualquer uma das Partes até a data do Contrato em relação ao Fornecimento no todo ou em parte. 19.5. As disposições das CGC 19 deverão permanecer vigentes após a conclusão ou extinção do Contrato, independentemente do motivo.
20. Subcontratação	20.1. O Contratado deverá notificar o Contratante, por escrito, de todos os subcontratos adjudicados no âmbito do Contrato, caso ainda não tenham sido especificados na Oferta. A notificação pelo Contratado referente à inclusão de algum subcontratado não nomeado no Contrato deverá incluir também a declaração do subcontratado consoante o Apêndice 2 – Declaração sobre Exploração e Abuso Sexual (EAS) e/ou Assédio Sexual (ASE). Essa notificação, na Oferta original ou posterior, não eximirá o Contratado de qualquer obrigação, dever ou responsabilidade comum ou responsabilidade legal, prevista no Contrato. 20.2. Os subcontratos deverão cumprir as disposições das CGC 3 e CGC 6.

21. Especificações e normas	21.1. Especificações Técnicas e Desenhos (a) Os Bens e Serviços Correlatos fornecidos no âmbito deste Contrato deverão estar em conformidade com as especificações técnicas e normas mencionadas na Descrição dos Bens e Serviços Correlatos, quando nenhuma norma aplicável for mencionada, será aplicada aquelas equivalentes ou superiores às normas oficiais cuja aplicação é apropriada para o país de origem dos Bens. (b) Ao Contratado será facultado eximir-se da responsabilidade por qualquer projeto, dado, desenho, especificação ou outro documento, ou qualquer alteração feita ou projetada por ou em nome do Contratante, por meio de um aviso dessa isenção ao Contratado. (c) Sempre que o Contrato mencionar códigos e normas, de acordo com os quais ele será firmado, a versão editada ou revista de tais códigos e normas será aquela especificada na Planilha de Requisitos. Durante a execução do Contrato, quaisquer alterações em tais códigos e normas serão aplicadas somente após a aprovação pelo Contratante, e serão tratadas de acordo com as CGC 32.
22. Embalagem e documentos	22.1. O Contratante deverá providenciar a embalagem dos Bens, quando obrigatório, para evitar danos ou deterioração durante o transporte até o seu destino final, conforme indicado no Contrato. Durante o transporte, a embalagem deverá ser suficiente para suportar, sem limitação, o manuseio pesado e exposição a temperaturas extremas, maresia e precipitação e armazenamento em local aberto. O tamanho e o peso das caixas para embalagem levarão em consideração, quando apropriado, a distância do destino final e a ausência de facilidade de manuseio pesado em todos os pontos do trajeto. 22.2. A embalagem, marcação e documentação dentro e fora dos pacotes deverão obedecer rigorosamente aos requisitos especiais previstos de forma expressa no Contrato, inclusive requisitos adicionais, se houver, especificados nas CEC e em quaisquer outras instruções solicitadas pelo Contratante.
23. Seguro	23.1. Salvo disposição em contrário nas CEC, os Bens fornecidos de acordo com o Contrato deverão ser totalmente segurados, em valores expressos em moeda livremente conversível de um país elegível, englobando as perdas ou danos ocorridos durante a fabricação, aquisição, transporte, armazenamento e entrega, ou na forma especificada nas CEC.
24. Transporte e serviços incidentais	24.1. Salvo especificação em contrário nas CEC, a responsabilidade de transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados direta ou indiretamente na execução do Contrato, correrão por conta da Contratada. 24.2. Salvo disposição em contrário nas CEC, o transporte dos Bens até o(s) local(is) projeto e/ou destino(s) final(is), especificado(s) nas CGC 12.2, incluindo operação de carga e descarga, deverá ser providenciado e pago pelo Contratado.

25. Inspeções e testes	25.1. O Contratado deverá, às suas próprias custas e sem custo algum para o Contratante, realizar as inspeções e testes conforme especificado nas CEC. Se as inspeções e testes forem realizadas nas dependências do Contratado ou de seu subcontratado, o acesso a todas as instalações e assistência disponíveis, incluindo acesso a desenhos e dados de produção, deverá ser assegurado aos inspetores sem custo para o Contratante. 25.2. O Contratante, ou seu representante designado, terá o direito de participar dos testes e/ou inspeções mencionados na CGC 25.1, desde que o Contratante arque com todos os próprios custos e despesas decorrentes de tal atendimento, incluindo, entre outros, todas as despesas de viagem, alimentação e hospedagem.
26. Penalidades e Multas Aplicáveis	26.1. Com exceção dos casos previstos na CGC 31, se o Contratado deixar de entregar parte ou a totalidade dos Bens até a(s) data(s) de entrega ou deixar de executar os Serviços Correlatos dentro do período especificado no Contrato, o Contratante poderá, sem prejuízo de todos os outros recursos previstos no Contrato, deduzir do Preço do Contrato, a título de indenizações apuradas, um valor equivalente à porcentagem especificada nas CEC do preço dos Bens entregues em atraso ou Serviços não executados para cada semana ou fração de atraso, até a entrega ou execução efetiva, levando em consideração o valor da dedução máxima da porcentagem especificada nas CEC. O Contratante poderá extinguir o Contrato fazendo-se valer da CGC 34 uma vez que o máximo seja atingido.
27. Garantia dos Bens e Serviços	27.1. O Contratado garante que todos os Bens são novos, não remanufaturados e dos modelos mais recentes ou atuais, e que incorporam todos os últimos aprimoramentos em termos de projeto e materiais, salvo disposição em contrário no Contrato. 27.2. Nos termos da CGC 21.1(b), o Contratado garante, ainda, que os Bens estarão livres de defeitos decorrentes de qualquer ato ou omissão do Contratado ou decorrentes de projeto, materiais e técnica, segundo o uso normal de acordo com as condições vigentes no país de destino final. 27.3. Salvo especificação em contrário nas CEC, a garantia deverá permanecer válida por 12 (doze) meses após a entrega ou aceitação dos Bens e serviços corretos.

28. Indenização de patente	28.1. O Contratado deverá, desde que a conduta do Contratante esteja em conformidade com a CGC 28.2, indenizar e isentar o Contratante e seus funcionários e diretores de/contra todos e quaisquer processos, ações ou processos administrativos, reivindicações, demandas, perdas, danos, custos e despesas de qualquer natureza, incluindo honorários advocatícios e custas judiciais, que o Contratante venha a sofrer como resultado de uma infração ou suposta infração de qualquer patente, modelo de utilidade, projeto registrado, marca registrada, direitos autorais ou outro direito de propriedade intelectual registrado ou existente na data do Contrato em razão do seguinte: (a) instalação dos Bens pelo Fornecedor ou uso dos Bens no país do Local do Projeto; e (b) a venda, em qualquer país, dos produtos decorrentes dos Bens. Essa indenização não deverá cobrir qualquer uso dos Bens, no todo ou em parte, que não seja para a finalidade indicada no Contrato ou justificadamente inferida deste, nem qualquer infração resultante do uso dos Bens, no todo ou em parte, ou quaisquer produtos assim confeccionados em associação ou combinação com qualquer outro equipamento, instalação ou materiais não fornecidos pelo Fornecedor conforme o Contrato. 28.2. Em caso de processo ou reivindicação contra o Contratante, referente aos assuntos de que trata a CGC 28.1, o Contratante deverá imediatamente dar um aviso ao Contratado que, por sua vez, poderá, às suas próprias custas e em nome do Contratante, conduzir o processo, reivindicação ou negociações para solucioná-los. 28.3. Se o Contratado deixar de notificar o Contratante no prazo de 28 (vinte e oito) dias a contar do recebimento desse aviso de que pretende conduzir o processo ou a reivindicação registrada, o Contratante estará livre para proceder da mesma maneira em seu próprio nome. 28.4. O Contratante deverá, a pedido do Contratado, prestar toda a assistência disponível ao Fornecedor na condução de tal processo ou reivindicação, e deverá ser reembolsado pelo Contratado por todas as despesas justas incorridas. 28.5. O Contratante deverá indenizar e isentar o Contratado e seus funcionários, diretores e subcontratados de/contra todos e quaisquer processos, ações ou processos administrativos, reivindicações, demandas, perdas, danos, custos e despesas de qualquer natureza, incluindo honorários advocatícios e custas judiciais, que o Contratado venha a sofrer como resultado de uma infração ou suposta infração de qualquer patente, modelo de utilidade, projeto registrado, marca registrada, direitos autorais ou outro direito de propriedade intelectual registrado ou existente na data do Contrato decorrentes ou em função de projeto, dados, desenhos, especificações ou outros documentos ou materiais fornecidos ou projetados pelo Contratante ou em seu nome.
--	--

29. Limitação de responsabilidade legal	29.1. Com exceção dos casos de negligência criminosa ou má conduta intencional, (a) o Contratado não será responsável perante o Contratante, seja por força do Contrato, ato ilícito ou de outra forma, por qualquer perda ou dano indireto ou consequente, perda de uso, perda de produção ou lucros cessantes ou juros, desde que essa exclusão não se aplique a qualquer obrigação do Contratado de pagar uma indenização ao Contratante, e (b) a responsabilidade legal agregada do Contratado perante o Contratante, seja no âmbito do Contrato, em ato ilícito ou de outra forma, não excederá o Preço Total do Contrato, desde que essa limitação não se aplique ao custo de reparo ou substituição de equipamento defeituoso ou qualquer obrigação do fornecedor de indenizar o Contratante em relação à infração de patente.
30. Alterações nas leis e regulamentos	30.1. Salvo especificação em contrário no Contrato, se, decorridos 28 (vinte e oito) dias antes da data de apresentação da Oferta, qualquer lei, regulamento, portaria, ordem ou estatuto com força de lei for decretada, promulgada, revogada ou alterada no local do País do Contratante onde o Local do Projeto está localizado (considerando-se que inclui qualquer mudança na interpretação ou aplicação pelas autoridades competentes) e que subsequentemente afetar a Data de Entrega e/ou o Preço do Contrato, a referida Data de Entrega e/ou Preço do Contrato será aumentada ou diminuída de forma correspondente, na medida em que o Fornecedor tenha sido afetado no cumprimento de quaisquer de suas obrigações previstas no Contrato. Sem prejuízo do disposto acima, o referido custo adicional ou reduzido não deverá ser pago ou creditado separadamente se já tiver sido contabilizado nas disposições de ajuste de preço, quando aplicável, de acordo com a CGC 14.
31. Força maior	31.1. O Contratado não será responsável pela perda de sua Garantia de Execução, indenizações apuradas ou extinção por descumprimento, se e na medida em que o atraso ou qualquer outro descumprimento de suas obrigações contratuais resultarem de um evento de Força Maior. 31.2. Para os fins desta cláusula, “Força Maior” significa um evento ou situação fora do controle do Contratado, não previsível, inevitável e cuja origem não seja devida à negligência ou descuido por parte do Contratado. Tais eventos poderão incluir, entre outros, atos do Contratante em sua capacidade soberana, guerras ou revoluções, incêndios, inundações, epidemias, restrições de quarentena e embargos de frete. 31.3. Em caso de ocorrência de um evento de Força Maior, o Contratado deverá notificar o Contratante imediatamente, por escrito, informando a situação e causa da Força Maior. Salvo instrução em contrário do Contratante por escrito, o Fornecedor deverá continuar a cumprir suas obrigações previstas no Contrato, na medida do possível, e deverá lançar mão de todos os meios alternativos cabíveis para executar as ações não impedidas pelo evento de força Maior.

32. Pedidos de mudança e alterações ao Contrato	32.1. O Contratante poderá, a qualquer momento, determinar ao Contratante, por meio de uma aviso conforme a CGC 7, que faça alterações no escopo geral do Contrato ou em um ou mais dos seguintes itens: (a) desenhos, projetos ou especificações, em que os Bens a serem fornecidos em cumprimento ao Contrato deverão ser fabricados especificamente para o Contratante; (b) o método de remessa ou embalagem; (c) o local de entrega; e (d) os Serviços Correlatos a serem prestados pelo Fornecedor. 32.2. Caso as referidas alterações resultem em aumento ou diminuição no custo ou tempo necessário para o cumprimento de quaisquer disposições contratuais pelo Fornecedor, um ajuste equitativo deverá ser feito no Preço do Contrato ou no Cronograma de Entrega/Conclusão, ou ambos, e o Contrato deverá ser devidamente alterado. Quaisquer reivindicações contra o Fornecedor acerca de ajustes, nos termos desta Cláusula, deverão ser registradas no prazo de 28 (vinte e oito) dias a contar da data de recebimento, pelo Fornecedor, da ordem de alteração do Contratante. 32.3. Sem Prejuízo do exposto, todas as variações ou modificações dos termos do contrato devem ser feitas através de aditamento escrito firmado pelas partes, conforme a legislação vigente. 32.4. As alterações contratuais deverão ser formalizadas através de Termo de Aditamento, devidamente assinado pelas partes.
33. Prorrogações de prazo	33.1. Se, a qualquer momento da vigência do Contrato, o Fornecedor ou seus Subcontratados porventura encontrarem condições que impeçam a pontual entrega dos Bens ou conclusão dos Serviços Correlatos, nos termos da CGC 12, deverá notificar imediatamente o Contratante por escrito sobre o atraso, sua provável duração e sua causa. Tão logo seja possível, após o recebimento do aviso do Fornecedor, o Contratante deverá avaliar a situação e poderá, a seu critério, prorrogar o prazo do Fornecedor visando a execução, caso em que a prorrogação deverá ser ratificada pelas Partes por meio de alteração do Contrato. 33.2. Salvo motivo de Força Maior conforme previsto na CGC 30, se o Fornecedor atrasar o cumprimento de suas obrigações de Entrega e Conclusão, a ele serão impostas as indenizações apuradas de que trata a CGC 24, a menos que uma prorrogação do prazo seja acordada conforme o disposto na CGC 33.1.

34. Extinção do Contrato	34.1. Se não previsto nas CEC e dentro da legislação aplicável, serão motivos de Rescisão Contratual: 34.1.1. Por descumprimento: (a) O Contratante, sem prejuízo de qualquer outro recurso por descumprimento do Contrato, poderá, por meio de aviso de descumprimento por escrito enviado ao Fornecedor, extinguir o Contrato no todo ou em parte: (i) se o Fornecedor deixar de entregar os Bens no todo ou em parte dentro do período especificado no Contrato, ou dentro de eventuais prorrogações concedidas pelo Contratante de acordo com a CGC 33; (ii) se o Fornecedor deixar de cumprir qualquer outra obrigação prevista no Contrato; ou (iii) se o Contratante julgar que o Fornecedor praticou fraude e corrupção na concorrência ou na execução do Contrato, conforme o disposto no parágrafo 2.2 do Apêndice 1 às CGC. (b) Se o Contratante extinguir o Contrato no todo ou em parte tal como previsto na CGC 34.1 (a), poderá obter, nos termos e da maneira que julgar apropriada, Bens ou Serviços Correlatos semelhantes àqueles não entregues ou não executados, e o Fornecedor será responsável perante o Contratante por quaisquer custos adicionais referentes a tais Bens ou Serviços Correlatos semelhantes. No entanto, o Fornecedor deverá continuar a executar aquelas partes do Contrato que não foram extintas. 34.1.2. Por insolvência. (a) O Contratante poderá, a qualquer momento, extinguir o Contrato mediante aviso ao Fornecedor, se este declarar falência ou se tornar insolvente. Nesse caso, a extinção não acarretará uma indenização para o Fornecedor, desde que tal extinção não prejudique ou afete qualquer direito de ação ou recurso reconhecido ou que venha a ser reconhecido posteriormente em favor do Contratante. 34.1.3. Por conveniência (a) Mediante aviso enviado ao Fornecedor, o Contratante poderá extinguir o Contrato, no todo ou em parte, a qualquer momento por sua conveniência. Além de mencionar a conveniência do Contratante como motivo de extinção, a notificação de extinção deverá definir a parte extinguida na execução do Contrato pelo Fornecedor e a data de entrada em vigor da extinção. (b) Os Bens que estejam concluídos e prontos para embarque dentro de 28 (vinte e oito) dias a contar do recebimento do aviso de extinção pelo Fornecedor serão aceitos pelo Contratante nos termos e preços do Contrato. Para os Bens restantes, o Contratante poderá optar por: (i) demandar a execução e entrega de partes, nos termos das condições e preços do Contrato; e/ou (ii) cancelar o restante e pagar ao Fornecedor uma quantia acordada pela execução parcial dos Bens e Serviços Correlatos e pelos materiais e peças previamente adquiridos pelo Fornecedor.
35. Das condições de recebimento	35.1. O recebimento dos Bens e Serviços Correlatos estão descritos e previstos nas CEC.

APÊNDICE 1

(O texto deste Apêndice não pode ser modificado)

1. Finalidade

1.1 As Diretrizes de Combate à Corrupção do Banco, bem como este Anexo, são aplicáveis às aquisições no âmbito das operações de Financiamento de Projetos de Investimento do Banco.

2. Requisitos

2.1 O Banco exige que os Mutuários (inclusive os beneficiários de seus financiamentos), licitantes (candidatos/proponentes), consultores, empreiteiras e fornecedores, subcontratados, subconsultores, prestadores de serviços, todos os agentes (declarados ou não), bem como todo o seu pessoal, observem os mais elevados padrões éticos durante o processo de aquisição, seleção e execução de contratos financiados pelo Banco e abstenham-se de qualquer prática de Fraude e Corrupção.

2.2 Nesse sentido, o Banco:

a. Para fins de aplicação da presente disposição, define da seguinte forma os termos abaixo:

i. A expressão “prática corrupta” refere-se à oferta, entrega, recebimento ou solicitação, direta ou indiretamente, de qualquer coisa de valor a fim de influenciar indevidamente os atos de terceiros;

ii. Entende-se por “prática fraudulenta” qualquer ato ou omissão, inclusive declarações falsas, que, de forma intencional ou irresponsável, induz ou tenta induzir outrem a erro para obter benefícios financeiros ou outros benefícios, ou para evitar uma obrigação;

iii. A expressão “prática colusiva” indica a combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente os atos de outra parte;

iv. A “prática coercitiva” refere-se a prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou sua propriedade com o intuito de influenciar indevidamente os atos de uma parte;

v. A definição de “prática obstrutiva” é:

(a) deliberadamente destruir, falsificar, adulterar ou ocultar provas relevantes para investigações ou fazer declarações falsas a investigadores com o objetivo de obstruir uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte com vistas a impedi-la de revelar fatos de que tem conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou à sua realização; ou

(b) atos que tenham por objetivo dificultar o exercício dos direitos do Banco de realizar inspeção e auditoria previstos no parágrafo 2.2 e.

b. Rejeita a recomendação de adjudicação se o Banco determinar que a empresa ou pessoa recomendada para adjudicação, ou quaisquer dos membros de seu quadro, representantes ou subconsultores, subcontratados, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários destes tiver se envolvido, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer ao contrato em questão;

c. Pode, além dos remédios legais estabelecidos no Acordo Legal pertinente, tomar outras medidas apropriadas, inclusive declarar o processo de seleção viciado, se o Banco determinar a qualquer momento que os representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos do empréstimo se envolveu em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de licitação, seleção e/ou assinatura do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas tempestivas e adequadas, satisfatórias para o Banco, para resolver essas práticas quando ocorrerem, inclusive por não informar ao Banco de imediato ao tomar conhecimento dessas práticas;

d. Pode impor sanções a qualquer empresa ou pessoa física, conforme as Diretrizes do Banco de Combate à Corrupção e as políticas e procedimentos vigentes sobre aplicação de sanções, indefinidamente ou por um período de tempo determinado, inclusive declarando publicamente tal empresa ou pessoa física como inelegível, impedindo-a de (i) receber a adjudicação de um contrato ou de outra forma beneficiar-se de um contrato financiado pelo Banco, seja em termos financeiros ou de qualquer outra forma;^[1] (ii) ser designado^[2] como subcontratado, consultor, fabricante ou fornecedor, ou prestador de serviços de uma empresa elegível que receba um contrato financiado pelo Banco; e (iii) receber o

produto de qualquer empréstimo feito pelo Banco ou, por qualquer outra forma, participar da elaboração ou execução de qualquer projeto financiado pelo Banco;

e. Exigirá a inclusão, nos editais de licitação/solicitação de propostas e em contratos financiados por um empréstimo do Banco, de uma cláusula determinando que: (i) os Licitantes (candidatos/proponentes), consultores, empreiteiras e fornecedores, bem como seus subcontratados, subconsultores, prestadores de serviços, fornecedores, agentes e pessoal permitam ao Banco inspecionar [3] todas as contas, registros contábeis e outros documentos referentes ao processo de aquisição, seleção e/ou execução do contrato e fazer com que seja examinados por auditores designados pelo Banco.

APÊNDICE 2

Declaração sobre Exploração e Abuso Sexual (EAS) e/ou Assédio Sexual (ASE) para Subcontratados*

[A tabela a seguir deverá ser preenchida por cada Subcontratado proposto pelo Fornecedor que não tenha sido designado no Contrato]

Nome do Subcontratado: *[inserir nome completo]*

Data: *[inserir dia/mês/ano]*

Referência do contrato *[inserir referência do contrato]*

Página *[inserir número da página]* de *[inserir número total]* de páginas

Inserir Declaração sobre EAS e/ou ASE

Nós

“ (a) não fomos desclassificados pelo Banco por não conformidade com as obrigações de EAS/ASE.

“ (b) estamos desclassificados pelo Banco por não conformidade com as obrigações de EAS/ASE.

“ (c) fomos desclassificados pelo Banco por desrespeito às obrigações de EAS/ASE, e fomos retirados da lista de desclassificação. Uma sentença arbitral sobre o caso de desclassificação foi proferida a nosso favor.

[Se (c) acima for aplicável, anexar comprovante de sentença arbitral que reverta as conclusões acerca das questões subjacentes à desclassificação].

Período de desclassificação: De: _____ Até: _____

Nome do Subcontratado

Nome da pessoa devidamente autorizada a assinar a Oferta em nome do Subcontratado _____

Cargo do signatário da Oferta em nome do Subcontratado _____

Assinatura da pessoa indicada acima _____

Data de assinatura _____ dia de _____

Contra-assinatura do representante autorizado do Fornecedor:

Assinatura: _____

Data de assinatura _____ dia de _____

Seção V. Condições Especiais do Contrato (CEC)

As Condições Especiais do Contrato (**CEC**) são complementares e/ou alteradas de acordo com as Condições Gerais do Contrato (**CGC**). Sempre que há um conflito, as disposições aqui contidas prevalecerão sobre as das **CGC**.

CGC	
1.1 (i)	O Contratante é: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEAD-PI
1.1 (m)	O Contratado é: <i>[Inserir o nome completo do Contratado]</i>
1.1 (n)	O Local do Projeto significa o local onde serão entregues os bens e/ou executado os serviços. Neste caso, define-se o local do projeto como: Os bens deverão ser entregues na Procuradoria-Geral do Estado do Piauí, localizada na Av. Sen. Area Leão, 1650 - Jóquei, Teresina - PI, 64049-110. Teresina – Piauí – Brasil.
4.1	O idioma que regerá este Contrato será o Português - Brasil.

7.1	Avisos: Qualquer aviso feito pelas partes deverá ser “por escrito” e encaminhado, com aviso de recebimento, para os seguintes endereços: Os endereços são: Contratante: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEAD-PI Atenção: <i>[Inserir nome completo da pessoa responsável]</i> Endereço: Av. Pedro Freitas, S/Nº, Bloco “I”, Centro Administrativo Cidade: Teresina Estado: Piauí País: Brasil Telefone 55- <i>[Inserir número do telefone, incluindo código do país e da Cidade]</i> E-mail: <i>[Inserir email de contato, se for o caso]</i> Site: <i>[Inserir site, se for o caso]</i> Contratado: <i>[Inserir nome completo do contratado]</i> Atenção: <i>[Inserir nome completo da pessoa responsável]</i> Endereço: <i>[Inserir endereço completo, com todos os complementos]</i> Cidade: <i>[Inserir nome da cidade]</i> Estado: <i>[Inserir nome do Estado]</i> País: <i>[Inserir nome do país]</i> Telefone 55- <i>[Inserir número do telefone, incluindo código do país e da Cidade]</i> E-mail: <i>[Inserir email de contato, se for o caso]</i> Site: <i>[Inserir site, se for o caso]</i>
8.1	A legislação aplicável a este Contrato é o Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento do Banco Mundial.
9.2	Não Aplicável
9.4	Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Teresina - Piauí.
12.1	O Prazo de Entrega é: Após a assinatura do contrato e formalização da CONTRATANTE, a contratada disporá do prazo máximo de 60 (sessenta) dias para entrega dos equipamentos, conforme especificações técnicas, órgão e quantitativos discriminado no item 3 do Documento de Especificações Técnicas. O prazo de execução será de até 45 dias corridos para o Lote 01, 03, 04 e de até 90 dias corridos para o Lote 02, ambos contados da emissão da ordem de serviço/fornecimento. O prazo de vigência será de 12 meses, a contar da assinatura do contrato, tornando-se eficaz a partir da sua publicação no DOE, para todos os lotes.

12.2	Local de entrega e o Destino Final são os seguintes: Local de Entrega: Os bens deverão ser entregues na Procuradoria-Geral do Estado do Piauí, localizada na Av. Sen. Area Leão, 1650 - Jóquei, Teresina - PI, 64049-110. Teresina – Piauí – Brasil. Destino Final: Os bens deverão ser entregues na Procuradoria-Geral do Estado do Piauí, localizada na Av. Sen. Area Leão, 1650 - Jóquei, Teresina - PI, 64049-110. Teresina – Piauí – Brasil.
13.9	Não se aplica.
13.10	O Contratado deverá cumprir as seguintes obrigações adicionais: 13.10.1 O Contratado deverá ter um código de conduta e fazer uma campanha de sensibilização apropriada junto à equipe do Fornecedor que execute a entrega dos bens, que inclua, entre outras atividades, manutenção de um ambiente de trabalho seguro e abstenção de envolvimento nas seguintes práticas: (i) qualquer forma de Assédio Sexual, inclusive investidas sexuais indesejadas, pedidos de favores sexuais e outras condutas verbais ou físicas de natureza sexual em relação a outros membros da equipe do Fornecedor ou da equipe do Comprador; (ii) qualquer forma de Exploração Sexual, ou seja, qualquer abuso ou tentativa de abuso de posição de vulnerabilidade, diferença de poder ou confiança, para fins sexuais, inclusive, entre outros, auferir lucro pecuniário, social ou político da exploração sexual de outrem; (iii) qualquer forma de Abuso Sexual, que é definido como a intrusão física real ou ameaçada de natureza sexual, seja pela força ou em condições desiguais ou coercitiva; e (iv) qualquer forma de atividade sexual com pessoas menores de 18 anos, exceto em caso de casamento pré-existente. 13.10.2 O Comprador poderá exigir que o Fornecedor afaste (ou providenciar o afastamento), do Local do Projeto ou de outros locais onde a entrega dos bens esteja sendo executada, o membro da equipe de um Fornecedor que assuma comportamentos incompatíveis com o código de conduta indicado na CGC 14.9.1. Não obstante qualquer exigência do Comprador de substituição desses membros da equipe, o Fornecedor deverá afastar de imediato (ou providenciar o afastamento) tal pessoa do Local do Projeto ou de outros locais onde a <i>[indicar conforme o caso: instalação/operação/manutenção/operação e manutenção]</i> esteja sendo executada. Em ambos os casos, o Fornecedor nomeará de imediato, conforme apropriado, um substituto adequado com competências e experiência equivalentes

14.1	A Contratante obriga-se a efetuar o pagamento pelo fornecimento dos bens fornecidos e dos serviços correlatos o valor: [descrever os valores do contrato em preços unitário e total de R\$ 0,00 (por extenso)] 14.1.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Secretaria de Administração do Estado do Piauí, no ano de 2026, na dotação abaixo discriminada: I) Gestão/unidade: 21101; II) Fonte de recursos: 754 - Recursos de Operações de Crédito; III) Programa de trabalho: 04.126. 0109; IV) Elemento de despesa: 449052; e V) Plano interno: 7100; e VI) Nota de empenho: [...]; Reajuste 14.1.2 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 14/04/2026. 14.1.3 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (FGV), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. 14.1.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste 14.1.5 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s). 14.1.6 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s). 14.1.7 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor. 14.1.8 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo. 14.1.9 O reajuste será realizado por apostilamento.
15.1	Os pagamentos serão feitos por meio de depósito bancário na seguinte conta corrente de titularidade do Contratado: <i>[Inserir dados bancários da conta para pagamento].</i>

Os pagamentos somente serão efetuados mediante as seguintes condições:

- a) Não será autorizado pagamento sem que o fiscal do contrato ateste o recebimento dos serviços descritos na nota fiscal ou fatura apresentada.
- b) Para execução do pagamento de que trata esta Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar da Nota Fiscal ou fatura correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível em nome da CONTRATANTE, cujo CNPJ está especificado na qualificação preambular do contrato, informando o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.
- c) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- d) Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal ou fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
- e) A Nota Fiscal ou fatura correspondente deverá ser entregue, pela CONTRATADA, diretamente ao Fiscal deste Contrato, que somente atestará a execução do objeto e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela mesma, todas as condições pactuadas.
- f) Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida a CONTRATADA, pelo Fiscal deste Contrato e o pagamento ficará pendente até que se providencie pela CONTRATADA as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- g) Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:
$$I = (TX/100)/365$$
$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos Moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso
- h) A atualização só será devida em caso de mora imputável exclusivamente ao contratante.
- i) Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:
 - i.1) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;
 - i.2) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas);
 - i.3) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
 - i.4) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, ou outra equivalente, na forma da lei.

	j) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

15.2	Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 dias corridos para fins de liquidação. 15.2.1 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: (a) o prazo de validade; (b) a data da emissão; (c) os dados do contrato e do órgão contratante; (d) o período respectivo de execução do contrato; (e) o valor a pagar; e (f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis. 15.2.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante; 15.2.3 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais. 15.2.4 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: (a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; (b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. 15.2.5 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante. 15.2.6 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos. 15.2.7. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa. 15.2.8 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.5	O pagamento será efetuado no prazo de até 10 dias contados da finalização da liquidação da despesa. A taxa de juros é: Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas: $I = (TX/100)/365$. $EM = I \times N \times VP$, onde: I = índice de atualização financeira; TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso. A atualização só será devida em caso de mora imputável exclusivamente ao Contratante. Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos: a) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada; b) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas); c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº. 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional; d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, ou outra equivalente, na forma da lei. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.
17.1	Para este contrato não será exigida Garantia de Execução.
22.2	As instruções adicionais referentes a embalagem, identificação e documentação dentro e fora dos volumes são as seguintes: Não aplicável.
23.1 / 24.1 / 24.2	Correrão por conta da Contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento dos bens ou execução dos serviços.
23.1	Os Bens deverão estar cobertos por seguro: () Sim (X) Não.

24.1	A responsabilidade de transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados direta ou indiretamente na execução do contrato correrão por conta do Contratado.
24.2	O transporte dos Bens até o(s) local(is) projeto e/ou destino(s) final(is), especificado(s) na subcláusula 12.2 desses CEC incluindo operação de carga e descarga, correrão por conta do Contratado.
25.1	As inspeções e/ou teste deverão observar o seguinte: Não se aplica.
26.1	As penalidades e multas para o caso de inadimplemento são as descritas a seguir, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal: (a) advertência; (b) multa; (c) impedimento de licitar e contratar e (d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. 26.2 Na aplicação das sanções serão considerados: (a) a natureza e a gravidade da infração cometida; (b) as peculiaridades do caso concreto; (c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes; (d) os danos que dela provierem para a Administração Pública; (e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle. 26.3 Para as infrações previstas, a multa será de até 30% do valor do contrato licitado. 26.4 A multa será recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial. 26.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa

35.1	O objeto do presente contrato será recebido provisoriamente em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da entrega dos bens, na Av. Sen. Area Leão, 1650 - Jóquei, Teresina - PI, 64049-110. Teresina – Piauí – Brasil. O prazo de recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias corridos após o recebimento provisório.

[1] Para evitar dúvidas, a inelegibilidade para adjudicação de contrato de uma parte objeto de sanção deverá incluir, entre outros, (i) candidatar-se para pré-qualificação, manifestar interesse em relação a uma consultoria e ofertar, seja diretamente ou como subcontratado designado, consultor designado, fabricante ou fornecedor designado, ou prestador de serviços designado, em relação ao referido contrato, e (ii) formalizar aditivo ou alteração que introduza uma modificação considerável em qualquer contrato existente.

[2] Entende-se por subcontratado designado, consultor designado, fabricante designado ou fornecedor de bens ou serviços designado (a nomenclatura difere a depender do edital de licitação específico) a pessoa física ou jurídica que tenha sido: (i) incluída pelo Licitante em seu pedido de pré-qualificação ou Proposta em virtude de sua experiência e know-how específicos e imprescindíveis que permitem ao Licitante atender aos requisitos de qualificação para a concorrência em questão; ou (ii) indicada pelo Mutuário.

[3] Neste contexto, as inspeções costumam ser de natureza investigativa (ou seja, periciais). Elas envolvem atividades de apuração de fatos, realizadas pelo Banco ou por pessoas designadas por ele, para verificar, por meio dos mecanismos apropriados, aspectos específicos de uma investigação ou auditoria, como a apuração da veracidade de uma alegação de Fraude e Corrupção. Tais atividades incluem, entre outras, o acesso e exame das informações e registros financeiros de uma pessoa física ou jurídica, bem como a extração de cópias desses documentos quando pertinente; acesso e exame de quaisquer outros documentos, dados e informações (seja em formato impresso ou eletrônico) considerados relevantes para os fins da investigação ou da auditoria, e extração de cópias desses documentos quando pertinente; entrevistas com a equipe e outras pessoas pertinentes; condução de inspeções físicas e visitas de campo; e obtenção de uma verificação externa das informações.

Seção VI. Especificações Técnicas: Descrição dos Bens e Serviços Correlatos

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. DADOS DO COMPRADOR

ÓRGÃO/ENTIDADE: PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
LOCALIZAÇÃO: Av. Sen. Area Leão, 1650 - Jóquei, Teresina - PI, 64049-110

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO DA AQUISIÇÃO

Aquisição de Infraestrutura de Tecnologia da Informação - TI, incluindo microcomputadores, equipamentos com foco em ambientes de virtualização, backup, armazenamento de dados em larga escala e suporte a serviços críticos internos, equipamentos de audiovisual e sistema de câmeras e

3. PLANILHA DE QUANTIDADES

Lote I – Microcomputador Desktop De Alto Desempenho - Processador i7			
ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD
01	MICROCOMPUTADOR DESKTOP DE ALTO DESEMPENHO - PROCESSADOR i7	UN	115

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. PROCESSADOR:

1.1. Deverá atingir índice de, no mínimo 36.800 pontos para o desempenho, tendo como referência a base de dados CPU Mark disponível no site <https://www.cpubenchmark.net/>.

1.2. Possuir memória Cache de no Mínimo 30 MB;

1.3. Possuir Clock Mínimo de 2.1 GHZ (sem Turbo Max);

1.4. Possuir 20 Núcleos;

2. MEMÓRIA PRINCIPAL:

2.1. Dotada com tecnologia DDR4/DDR5 com frequência mínima de 3200MHZ do tipo SDRAM ou superior;

2.2. 16 (Dezesseis) GB de memória instalada;

2.3. Possibilidade de suporte a tecnologia Dual Channel;

2.4. Suporte a 192 GB.

3. BIOS:

3.1. Desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento em Flash ROM;

3.2. BIOS em Flash ROM, podendo ser atualizada por meio de software de gerenciamento;

3.3. Possibilita que a senha de acesso ao BIOS seja ativada e desativada via SETUP;

3.4. BIOS português ou inglês, desenvolvida pelo fabricante em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (<http://www.uefi.org>), e capturáveis pela aplicação de inventário SCCM (System Center Configuration Manager); O fabricante possui compatibilidade com o

padrão UEFI comprovada através do site <http://www.uefi.org/members>, na categoria membros;

3.5. Deve possuir diagnóstico pré-boot para no mínimo Disco, memória e Fonte; 3.6. Deve possuir capacidade de desabilitar as portas USBs individualmente.

4. **PLACA MÃE:**

4.1. Deve ser de fabricação própria e exclusiva para o modelo ofertado. Não é produzida em regime de OEM ou personalizada;

4.2. Possuir no mínimo 01 slot PCI Express X16 e 01 PCI X1;

4.3. Possuir 07 portas USB, sendo pelo menos 02x USB 3.2 e 01x USB-C na parte frontal do gabinete e 2x USB 2.0, 2x USB 3.2 na parte traseira (não será permitida a utilização de hubs, placas ou adaptadores);

4.4. Deve possuir TPM 2.0 ou superior.

5. **UNIDADE DE DISCO RÍGIDO:**

5.1. Deve possuir no mínimo um SSD 512GB M.2 2280 PCIe NVMe;

5.2. Deve permitir suporte para adicionar 1x 2.5", 1x 3.5" HDD, 1x M.2 SSD.

6. **CONTROLADORA DE REDE GIGABIT ETHERNET, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:**

6.1. Possibilidade de operar a 100/1000 Mbps, com reconhecimento automático da velocidade da rede;

6.2. Capacidade de operar no modo full-duplex;

6.3. Suporte ao protocolo SNMP;

6.4. Conector RJ-45 fêmea;

6.5. Deve possuir placa de Rede Wi-fi 802.11AX (2 x 2);

6.6. Bluetooth 5.1 ou superior.

7. **CONTROLADORA DE ÁUDIO E VÍDEO:**

7.1. Deve possuir pelo menos 01 saída HDMI, 01 DisplayPort e 01 VGA;

7.2. CONTROLADORA DE ÁUDIO INTEGRADA HIGH DEFINITION:

7.2.1. High Definition e HD;

7.2.2. Conectores frontais para Headphone e microfone.

8. **GABINETE:**

8.1. Gabinete tipo SFF;

8.2. Fonte de alimentação com tensão de entrada 110/220 VAC, com potência mínima de 260 Watts automática com no mínimo 90% de eficiência;

8.3. Capaz de suportar a configuração completa de acessórios ou componentes do equipamento;

8.4. Deve possuir detector de Intrusão; 8.5. Deve possuir Slot para trava Kensington.

9. **MONITOR:**

9.1. Monitor do mesmo fabricante do microcomputador ofertado, não serão aceitos monitores em regime OEM;

9.2. Tela 100% plana de LED com dimensões mínimas de 23 Polegadas;

9.3. Resolução de 1920x1080 a uma frequência horizontal de 60Hz;

9.4. Conectores de entrada nativos: pelo menos 01 (uma) entrada HDMI e 01(uma) VGA,

compatível com a interface de vídeo do desktop sem uso de adaptadores; desejável 01(uma) entrada DisplayPort;

9.5. Fonte de tensão bivolt (comutação automática);

9.6. Controles digitais externos e frontais de brilho, contraste;

9.7. Tempo de resposta máxima 4ms;

9.8. Contraste 3000:1;

9.9. Tela antirreflexiva;

9.10. Capaz de reconhecer sinais da controladora de vídeo para auto- desligamento e economia de energia elétrica;

9.11. Acompanha todos os cabos e acessórios necessários para seu funcionamento;

9.12. Deve possuir Energy Star, TCO 7.0, EPEAT Silver, RoHS.

10. **TECLADO PADRÃO ABNT-II USB:**

10.1. Bloco numérico separado das demais teclas;

10.2. A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado;

10.3. Deverá ser da mesma marca e cor do equipamento ofertado.

11. **MOUSE ÓTICO USB:**

11.1. Dispositivo dotado com 3 botões (sendo um botão para rolagem de telas – “scroll”);

11.2. Deverá ser da mesma marca e cor do equipamento ofertado.

12. Softwares Inclusos:

12.1. Acompanha licença do Windows 11 Professional 64 bits;

12.2. Acompanha Software de segurança e Monitoramento, conforme Anexo I A.

13. GARANTIA:

13.1. O equipamento ofertado deverá possuir código de identificação única para a abertura dos chamados no fabricante;

13.2. Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus a contratante, a parte ou peça defeituosa, salva quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos;

13.3. Os serviços de reparo dos equipamentos especificados serão executados onde se encontram (on[1]site);

13.4. Os equipamentos devem possuir garantia do Fabricante por um período mínimo de 36 (Trinta e Seis) meses na modalidade on-site. Caso a garantia padrão do equipamento não seja a solicitada, deve ser informado o part-number do serviço correspondente a esta garantia ou deverá ser apresentada nos documentos de habilitação, declaração do fabricante para este certame que a garantia do produto corresponde a solicitada, sob pena de desclassificação.

14. ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

14.1. Assistência técnica nas sedes do Licitante (ON SITE) para os equipamentos ofertados durante o período de garantia de, no mínimo 36 (Trinta e Seis) meses.

15. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

15.1. Na entrega da proposta técnica/ comercial deverá vir acompanhada de todos os documentos citados acima, folder e certificações poderão ser entregues em mídia eletrônica (CD) ou impressos.

16. COMPROVAÇÕES TÉCNICAS:

16.1. O fabricante do equipamento deverá possuir certificação DMTF como board member ou leadership member, sendo que a comprovação se fará por intermédio do site da DMTF: <http://www.dmtf.org/about/list>;

16.2. Os equipamentos ofertados devem possuir no mínimo EPEAT Silver, sendo que a comprovação se fará por intermédio do site da <https://www.epeat.net/>;

16.3. Os equipamentos deverão possuir certificado IEC 60950;

16.4. Os equipamentos deverão possuir certificado IEC 61000;

16.5. Os equipamentos devem possuir certificação Rohs;

16.6. Os equipamentos são novos e sem uso e devem ser produzidos em série na época da entrega;

16.7. Todos os equipamentos a serem entregues serão idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos de mesmos modelos e marcas utilizados nos equipamentos enviados para avaliação e/ou homologação. Caso o componente não mais se encontre disponível no mercado, admitem-se substitutos com qualidade e características idênticas ou superiores, mediante nova homologação;

16.8. Todos os componentes mouse, teclado, CPU e monitor deverão ser do mesmo fabricante; Não serão aceitos Monitores em Regime OEM, sob pena de desclassificação;

16.9. Deverá ser apresentada declaração do licitante informando quem prestará a assistência técnica dos produtos ofertados, durante o seu período de vigência. Deverá ser informado o telefone Local ou 0800 para abertura de chamados técnicos;

16.10. Todas as certificações acima exigidas deverão ser apresentadas na fase de lançamento das propostas na plataforma licitações-e dos produtos ofertados. A ausência de tais comprovações desclassifica o licitante.

Lote I – Microcomputador Desktop De Alto Desempenho - Processador i7			
ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.
02	MONITOR LED 23.8"	UN	115

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Monitor LED com tamanho de tela de 23.8" polegadas, resolução máxima Full HD (1920 x 1080 pixels);
2. Brilho mínimo de 250 cd/m², assegurando boa qualidade de imagem em ambientes iluminados;
3. Contraste estático mínimo de 1000:1;
4. Tempo de resposta máximo de 5 ms (GtG);
5. Deverá possuir, no mínimo, as seguintes conexões:
 - 5.1 01 (uma) porta VGA;
 - 5.2 01 (uma) porta DisplayPort;
 - 5.3 01 (uma) porta HDMI;
 - 5.4 04 (quatro) portas USB 3.1;
 - 5.5 01 (uma) saída de áudio (P2 ou equivalente).
6. Compatibilidade garantida com sistemas operacionais Windows (versões atuais de mercado);
7. Base com ajuste ergonômico, incluindo:
 - 7.1 Ajuste de altura;
 - 7.2 Recurso de pivô (rotação vertical/horizontal).
8. O produto deverá acompanhar os seguintes cabos:
 - 8.1 01 (um) cabo VGA;
 - 8.2 01 (um) cabo HDMI;
 - 8.3 01 (um) cabo DisplayPort.
9. Certificação de eficiência energética mínima **Energy Star** ou **EPEAT** no nível **Silver** (ou superior);
10. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação;
11. Deve estar acompanhado de manual de usuário em português e de toda a documentação técnica necessária para instalação e operação.

Lote II – Servidor de alto desempenho, padrão rack 2U, com suporte a até dois processadores

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.
01	SERVIDOR DE ALTO DESEMPENHO, PADRÃO RACK 2U, COM SUPORTE A ATÉ DOIS PROCESSADORES	UN	01

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Servidor de alto desempenho, com montagem em rack padrão 19", altura de 2U, destinado a operações institucionais críticas como virtualização, armazenamento e execução de sistemas de missão crítica;
2. Compatível com instalação em racks de TI com trilhos deslizantes e braço de gerenciamento de cabos;
3. Suporte a até dois processadores, com as seguintes características mínimas:
 - 3.1 2 (dois) processadores com, no mínimo, 24 núcleos físicos e 48 threads cada;
 - 3.2 Frequência base de 2,6 GHz;
 - 3.3 Cache mínimo de 60 MB;
 - 3.4 Suporte às tecnologias de virtualização (VT-x/VT-d), Turbo Boost e Hyper-Threading;
4. Capacidade instalada de memória RAM de no mínimo 512 GB do tipo DDR5 RDIMM, com suporte a expansão e frequência mínima de 4800 MT/s, com arquitetura otimizada para desempenho multitarefa;
5. Armazenamento composto por:
 - 5.1 No mínimo 6 (seis) discos rígidos SAS de 16 TB cada, com 7.200 RPM, 12 Gbps, hot-plug;
 - 5.2 No mínimo 2 (duas) unidades SSD SAS de 800 GB, hot-plug, para aceleração de leitura/gravação ou cache;
 - 5.3 Controladora RAID com suporte a RAID 0, 1, 5, 6 e 10, com cache dedicado e bateria;
6. Deve dispor de, no mínimo:
 - 6.1 7 (sete) slots de expansão PCIe Gen5;
 - 6.2 2 (dois) slots adicionais PCIe Gen4;
7. Placa-mãe com suporte a CPUs de até 250W, com gerenciamento avançado de energia e desempenho;
8. Conectividade de rede:
 - 8.1 Placa de rede integrada com, no mínimo, 2 portas de 1GbE;
 - 8.2 Placa adicional com, no mínimo, 2 portas de 10GbE ou 25GbE SFP28;
 - 8.3 Suporte à arquitetura OCP NIC 3.0 para rede de alta disponibilidade;
9. Fonte de alimentação:
 - 9.1 Dupla (redundante), hot-plug, com potência mínima de 1400W;
 - 9.2 Comutação automática e proteção contra sobrecarga e falhas elétricas;
10. Sistema de ventilação: refrigeração redundante, com ventiladores hot-plug de alta eficiência, otimizados para operação contínua;
11. Gerenciamento remoto:
 - 11.1 Controladora de gerenciamento integrada com suporte à interface web gráfica

(HTML5);

11.2 Permitir monitoramento remoto de hardware, alertas, logs, provisionamento, inventário e atualização de firmware;

11.3 Inclusa licença de gerenciamento avançado (iDRAC Enterprise ou similar);

12. BIOS/Firmware: suporte a UEFI, inicialização em modo GPT e opções de segurança em hardware (Secure Boot);

13. Segurança: módulo TPM (Trusted Platform Module) versão 2.0 integrado e ativado de fábrica;

14. Deve acompanhar os seguintes acessórios:

14.1 Trilhos deslizantes e braço de gerenciamento de cabos;

14.2 Cabos de alimentação com padrão brasileiro (NBR 14136);

14.3 Documentação técnica e manual em português;

15. Compatibilidade:

15.1 Compatível com principais distribuições Linux (Red Hat, CentOS, Ubuntu, etc.) e versões do Microsoft Windows Server;

15.2 Entregue sem sistema operacional instalado;

16. Garantia mínima de 60 (sessenta) meses on-site com assistência técnica autorizada no território nacional e tempo máximo de resposta de 24h úteis.

Lote III – Sistema integrado de vigilância

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.
01	CÂMERA IP BULLET - TIPO 1	UN	01

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Câmera do tipo **IP Bullet**, com sensor de imagem do tipo **CMOS 1/2.4” com varredura progressiva**, assegurando imagens nítidas em diferentes condições de operação;
2. Resolução mínima de **6 Megapixels (6 MP)**;
3. Sensibilidade de iluminação de até **0.003 Lux em modo cor (F1.6, AGC ON)** ou superior;
4. Lente **varifocal motorizada**, com zoom ajustável entre 2.8 mm e 12 mm ou superior;
5. Possuir **luz suplementar inteligente**, com alcance de iluminação infravermelha (IR) de, no mínimo, **50 metros**;
6. Suporte aos padrões de compressão de vídeo: **H.265+, H.265, H.264+, H.264**;
7. Suporte a **04 streams de vídeo independentes**: stream principal, sub-stream, terceiro e quarto stream;
8. Suporte a **WDR mínimo de 120 dB**, assegurando boa performance em ambientes de alto contraste;
9. Recursos avançados de imagem: HLC, Defog, BLC e 3D DNR.
10. Funções inteligentes:
 - 10.1 **Contagem de pessoas**;
 - 10.2 **Captura facial**;
 - 10.3 **Analítico de detecção de movimento**, com disparo por alvo humano ou veículo;
 - 10.4 **Alarme de violação de vídeo**;
 - 10.5 **Detecção de objeto desacompanhado e remoção de objeto**;
 - 10.6 **Proteção de perímetro**, com alerta de intrusão de linha, entrada e saída de região, com suporte ao envio de alarme por classificação de alvo humano ou veículo.
11. Interfaces de áudio: **01 entrada e 01 saída de áudio**;
12. **Slot interno para cartão de memória** com capacidade mínima de **512 GB**;
13. Recurso de **sincronização automática com NVR**: os dados gravados no cartão devem ser enviados e sincronizados automaticamente quando a conexão de rede for restabelecida;
14. Possuir no mínimo **03 máscaras de privacidade programáveis**;
15. Interfaces de alarme: **02 entradas e 02 saídas**;
16. Compatibilidade com padrão **ONVIF**, suportando os perfis **S, G e T**;
17. Grau de proteção mínimo: **IP67** (resistência a poeira e água), **IK10** (resistência antivandalismo) e **proteção anticorrosiva**;
18. Alimentação elétrica com suporte a **12 VDC** e **PoE (IEEE 802.3at)**.

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.
02	CÂMERA IP TURRET – TIPO 2	UN	53

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Câmera do tipo **IP Turret**, com resolução mínima de **4 Megapixels (4 MP)**;
2. Sensor com **iluminação mínima em cor de 0.02 Lux (F2.2)**, assegurando operação em baixa luminosidade;
3. Lente **fixa de 2.8 mm**, com campo de visão amplo para monitoramento de ambientes internos ou externos;
4. **Iluminação suplementar inteligente**, com alcance mínimo de 20 metros, garantindo visibilidade noturna adequada;
5. Slot interno para cartão de memória com capacidade mínima de 512 GB;
6. Suporte a **02 streams independentes**: stream principal e sub-stream;
7. Padrões de compressão de vídeo suportados no stream principal : **H.265, H.264, H.264+, H.265+**;
8. Suporte ao protocolo **ONVIF**, com compatibilidade mínima aos perfis S, T e G;
9. Suporte a **WDR digital**, assegurando melhor qualidade de imagem em condições de alto contraste;
10. Áudio: **microfone interno embutido**;
11. Recursos avançados de imagem: **HLC, BLC e 3D DNR**;
12. Recurso de **detecção de movimento**, com suporte a alarme configurável para presença de humano;
13. Grau de proteção **IP67**, resistente a poeira e água, permitindo instalação em ambientes externos;
14. Alimentação elétrica com suporte a **12 VDC** ou **PoE (IEEE 802.3af)**.

Lote III – Sistema integrado de vigilância

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.
03	CÂMERA IP TURRET – TIPO 3	UN	16

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Câmera de segurança do tipo **IP Turret**, com resolução mínima de **4 Megapixels (4 MP)**;
2. Lente **fixa de 2.8 mm**, com campo de visão amplo para monitoramento;
3. Sensibilidade mínima em cor de **0.0007 Lux (F1.0)**, possibilitando operação em ambientes de baixíssima luminosidade;
4. **Iluminação suplementar inteligente**, com alcance mínimo de **30 metros**, assegurando visibilidade noturna eficiente;
5. **Alerta sonoro integrado**, para resposta imediata a eventos de segurança;
6. Suporte a **03 streams independentes**: stream principal, segundo stream e terceiro stream;
7. Compressão de vídeo suportada no stream principal: **H.265, H.264, H.264+, H.265+**;
8. Recurso avançado de **captura de face**, permitindo identificação e análise facial;
9. Compatibilidade garantida com **ONVIF Profiles S, T e G**;
10. Slot interno para cartão de memória com capacidade mínima de **512 GB**;
11. Interface de rede: **1 porta RJ-45 10/100 Mbps**;
12. Áudio: **microfone interno embutido**;
13. Alarme: **01 entrada e 01 saída de alarme**;
14. Alto-falante interno com potência mínima de **1 W**, permitindo áudio bidirecional;
15. Recurso de **sincronização automática com NVR**: dados gravados no cartão de memória são enviados e sincronizados quando a conexão é restabelecida;
16. Recurso de **detecção de movimento com disparo por alvo humano ou veículo**;
17. Suporte a **WDR mínimo de 130 dB**, assegurando qualidade de imagem em cenários de alto contraste;
18. **Luz de alerta estroboscópica (strobe)** para dissuasão visual em situações de alarme;
19. Funções de vídeo-analíticos inteligentes:
 - 19.1. **Linha de intrusão**;
 - 19.2. **Detecção de região de entrada e saída**;
 - 19.3. **Cruzamento de linha**;
 - 19.4. **Mudança de cena**.
20. Grau de proteção **IP67**, resistente a poeira e água, adequado para ambientes externos;
21. Alimentação elétrica com suporte a **12 VDC** ou **PoE (IEEE 802.3af)**.

Lote III –Sistema integrado de vigilância

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.
04	CÂMERA IP BULLET PARA USO EXTERNO - TIPO 4	UN	21

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Câmera do tipo **IP Bullet**, para uso externo, com resolução mínima de 4 Megapixels (4 MP);
2. Sensor de imagem **CMOS 1/1.8"** com filtro **IR Cut**, assegurando qualidade de captura;
3. Lente **fixa de 2.8 mm**, com campo de visão amplo;
4. **Iluminação suplementar inteligente** com alcance mínimo de **35 metros**;
5. Suporte a **03 streams independentes**: stream principal, segundo stream e terceiro stream;
6. Padrões de compressão de vídeo suportados no stream principal: **H.265, H.264, H.264+, H.265+**;
7. Compatibilidade com protocolo **ONVIF Profiles S, T e G**;
8. Recurso de **detecção de movimento** com disparo por alvo humano ou veículo;
9. Suporte a **WDR mínimo de 130 dB**, garantindo qualidade em cenários de alto contraste;
10. Recurso de **captura de face**;
11. Funções de **proteção de perímetro**, incluindo cruzamento de linha, intrusão, região de entrada e saída;
12. Suporte a alarme na presença de alvo humano ou veículo;
13. Slot interno para cartão de memória com capacidade mínima de **512 GB**;
14. Geração de evento automático por **mudança de cena**;
15. **Microfone de áudio interno**;
16. **Alarme sonoro e visual (luz strobo)** integrado;
17. Recurso de **sincronização automática com NVR**: os dados gravados no cartão devem ser enviados e sincronizados quando a conexão de rede for restabelecida;
18. Interface de rede: **1 porta RJ-45 10/100 Mbps**;
19. Alimentação elétrica: **12 VDC e PoE (IEEE 802.3af)**;
20. Suporte à seleção de iluminação **Day/Night** nos modos dia, noite, automático ou por agendamento;
21. **Máscara de privacidade** com configuração mínima de 03 regiões programáveis;
22. Suporte a **áudio bidirecional**;
23. Grau de proteção mínimo **IP67**.

Lote III –Sistema integrado de vigilância

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.	
------	---------	-------	------	--

05	CÂMERA IP PTZ – TIPO 5	UN	02	
<u>ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u> - Câmera do tipo IP PTZ, com resolução mínima de 4 MP e equipada com dois sensores; Sensor PTZ: CMOS com varredura progressiva de 1/2.8”; Zoom óptico de, no mínimo, 25x, com velocidade de aproximação máxima de 4 segundos ou melhor; - Sensibilidade mínima em cor de 0.007 Lux (F1.6); - Iluminação infravermelha (IR) integrada, com luz suplementar inteligente de alcance mínimo de 100 m; - Recursos inteligentes: captura de face; - Suporte a 250 ou mais presets e 08 ou mais patrols; Máscaras de privacidade: no mínimo 20 programáveis para o sensor PTZ; Sensor Bullet: CMOS com varredura progressiva de 1/3”; - Sensibilidade mínima em cor de 0.0007 Lux (F1.0); - Lente fixa de 2.8 mm; Luz suplementar inteligente com alcance mínimo de 30 m; Máscaras de privacidade: no mínimo 05 programáveis para o sensor Bullet; Armazenamento interno: slot para cartão de memória com capacidade mínima de 256 GB; Entradas e saídas de alarme: 01 entrada e 01 saída; Interface de comunicação: porta RJ-45 Ethernet 10M/100M auto-adaptável; - Suporte a WDR mínimo de 120 dB; - Recursos de imagem: HLC, BLC, 3D DNR e Defog digital ; - Áudio: 01 entrada e 01 saída de áudio; - Recursos de segurança inteligente: alarme de violação de vídeo, detecção de movimento, alarme de entrada e saída, detecção de cruzamento de linha, detecção de entrada e saída de região e detecção de intrusão; - Recurso de sincronização automática com NVR: os dados gravados no cartão de memória devem ser enviados e sincronizados quando a conexão for restabelecida; - Suporte aos padrões de compressão de vídeo: H.265, H.265+, H.264 e H.264+ ; - Recurso de estabilização eletrônica de imagem (EIS); - Alimentação elétrica: 12 VDC e PoE+; - Grau de proteção mínimo: IP66.				

Lote III – Sistema integrado de vigilância			
ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.
06	GRAVADOR DE VIDEO EM REDE PARA CAMERAS IP	UN	07

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Gravador de vídeo em rede para câmeras IP, com suporte a **32 canais IP ou superior**;
2. Resolução de gravação de **12 MP ou superior**;
3. Padrões de compressão de vídeo suportados: **H.265+, H.265, H.264+, H.264**;
4. Saídas de vídeo: **02 HDMI, 01 VGA e 01 CVBS (BNC)**;
5. Resolução das saídas de vídeo: **01 HDMI até 4K, 01 HDMI até 1080P e 01 VGA até 1080P**;
6. Biblioteca de imagens com capacidade mínima de **15 bases de dados**;
7. Capacidade de armazenamento de até **10.000 faces nas bibliotecas**;
8. Armazenamento interno: suporte a **04 interfaces SATA para HDDs de até 10 TB cada, hot-swappable**;
9. Deve vir equipado com, no mínimo, **04 HDDs de 6 TB cada**, específicos para uso em segurança eletrônica;
10. Interface de rede: **02 portas RJ45 Gigabit (10/100/1000 Mbps)**;
11. Largura de banda mínima de **256 Mbps para entrada e 256 Mbps para saída**;
12. Suporte à reprodução em **16 canais simultâneos ou superior**;
13. Formato de decodificação suportado: **H.265+, H.265, H.264+, H.264**;
14. Áudio: **01 entrada e 01 saída RCA**;
15. Alarmes: **16 entradas e 04 saídas de alarme**;
16. Suporte a **proteção de perímetro em, no mínimo, 04 canais**;
17. Reconhecimento facial por fluxo de vídeo em, no mínimo, **04 canais**;
18. Reconhecimento facial por comparação de faces em, no mínimo, **08 canais**;
19. Interfaces adicionais: **01 RS-232, 01 RS-485, 03 USB (02 frontais e 01 traseira, sendo uma delas USB 3.0), 01 eSATA**;
20. Função de **busca inteligente**, com pesquisa eficiente de eventos e imagens gravadas;
21. ~~Alimentação elétrica automática, com suporte a 100-240 VAC.~~

Lote III – Sistema integrado de vigilância			
ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.

07	SWITCH DE REDE – TIPO 1	UN	08
----	-------------------------	----	----

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Switch de rede com **08 portas PoE Gigabit Ethernet e 02 portas SFP**;
- Suporte aos padrões de alimentação PoE: **IEEE 802.3af e IEEE 802.3at**;
- Modo de longo alcance**, suportando transmissão PoE de até 300 metros nas 08 portas PoE;
- Função **PoE Watchdog** disponível em todas as **08 portas PoE**;
- Suporte ao protocolo de spanning tree **802.1D STP**;
- Suporte ao protocolo de **VLAN 802.1Q**;
- Suporte à **agregação de links** com até **08 grupos estáticos**;
- Suporte a **QoS (Quality of Service)** para priorização de tráfego;
- Alimentação elétrica de **48 VDC, 2.5 A**;
- Função de **isolamento de portas**, com bloqueio de comunicação entre portas;
- Compatibilidade eletromagnética (EMC) com certificações **FCC, CE-EMC, IC e RCM** (podendo ser oferecido equipamento com características técnicas superiores).

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Switch de rede com **16 portas PoE Gigabit Ethernet** e **02 portas SFP**, assegurando conectividade de alto desempenho;
2. Suporte aos padrões de alimentação PoE:
 - 2.1. **IEEE 802.3af**;
 - 2.2. **IEEE 802.3at**;
3. Função **PoE Watchdog** disponível em todas as **16 portas PoE**;
4. **Modo de longo alcance**, suportando transmissão PoE de **até 300 metros nas 16 portas**;
5. Potência máxima de **30 W por porta PoE**, garantindo suporte a diversos dispositivos IP;
6. Suporte ao protocolo de spanning tree **802.1D STP**;
7. Suporte ao protocolo de VLAN **802.1Q**;
8. Suporte à **agregação de links (LACP estático)**, com até **08 grupos configuráveis**;
9. Suporte a **QoS (Quality of Service)**, assegurando priorização de tráfego em aplicações críticas;
10. Alimentação elétrica com faixa de operação entre **100 e 240 VAC**;
11. Suporte a **Storm Control**, garantindo proteção contra tempestades de broadcast e multicast;
12. Compatibilidade eletromagnética (EMC), atendendo às certificações **FCC, CE-EMC, IC e RCM** (sendo possível a oferta de equipamento com características técnicas superiores).

Lote III – Sistema integrado de vigilância

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.
09	SWITCH DE REDE – TIPO 3	UN	01

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Switch de rede equipado com **16 portas SFP+**, compatíveis com módulos SFP de **1,25 Gb** e SFP+ de **10 Gb**;
2. Porta adicional de **01 Gigabit Ethernet**, destinada a gerenciamento ou uplink;
3. Capacidade de processamento com **CPU Dual-Core de 780 MHz ou superior**;
4. Memória instalada de, no mínimo, **1 GB de RAM**;
5. Capacidade de **switching Layer 2 não bloqueante**, assegurando desempenho máximo na comutação de pacotes;
6. Suporte a até **4.000 VLANs simultâneas**, conforme padrão **IEEE 802.1Q**;
7. Suporte aos protocolos de spanning tree:
 - 7.1. **MSTP** (Multiple Spanning Tree Protocol);
 - 7.2. **RSTP** (Rapid Spanning Tree Protocol);
8. Gerenciamento e operação com suporte a sistemas **RouterOS** ou **SwitchOS**, com opção de **dual boot**;
9. Suporte a **agregação de links (LACP)** para maior redundância e balanceamento de tráfego;
10. Alimentação elétrica composta por **02 entradas AC (110–240 V)**, com **fontes redundantes** para maior confiabilidade;
11. Sistema de resfriamento passivo com **ventiladores de ativação automática**, garantindo funcionamento eficiente em diferentes condições;
12. Suporte a operação em ambientes com temperatura de **–20 °C a +60 °C**.

Lote III – Sistema integrado de vigilância

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.
10	SWITCH DE REDE – TIPO 4	UN	01

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Switch de rede equipado com, no mínimo, **10 portas Gigabit RJ-45**, assegurando conectividade de alto desempenho;
2. Possuir, no mínimo, **02 portas RJ-45 de 2,5 Gigabit**, garantindo maior capacidade de tráfego em enlaces críticos;
3. Equipado com **02 portas SFP+ de 10 Gbps**, permitindo uplinks de alta velocidade e integração com redes ópticas;
4. Suporte a **DHCP Servidor e DHCP Relay**, possibilitando atribuição dinâmica de endereços IP e encaminhamento de solicitações em redes segmentadas;
5. Capacidade de **roteamento estático entre redes locais**, assegurando funcionamento em **Camada 3 (L3)**;
6. Suporte a **encaminhamento entre VLANs (Inter-VLAN Routing)**, permitindo segmentação lógica e comunicação eficiente entre sub-redes;
7. Suporte à **agregação de enlaces (LACP)**, garantindo redundância e balanceamento de carga entre conexões múltiplas;
8. Compatibilidade com **Spanning Tree Protocol (STP e RSTP)**, assegurando prevenção de loops na rede;
9. Suporte a **QoS (Quality of Service)**, com priorização de tráfego para aplicações críticas;
10. Suporte a **IGMP (Internet Group Management Protocol)**, garantindo otimização na transmissão de fluxos multicast;
11. Certificações e conformidades mínimas: **CE, FCC e IC**, atendendo padrões internacionais de segurança e compatibilidade;
12. Gerenciamento via **Ethernet**, assegurando configuração e administração simplificadas.

Lote III – Sistema integrado de vigilância

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.
11	EQUIPAMENTO PARA TRANSMISSÃO DE DADOS	PAR	03

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Equipamento para transmissão de dados sem fio, com suporte ao padrão wireless **IEEE 802.11 a/n/ac**, assegurando compatibilidade com redes sem fio de alta performance;
2. Taxa máxima de transmissão sem fio de **800 Mbps ou superior**, garantindo elevado desempenho na comunicação de dados;
3. Tecnologia de antena **2x2 MIMO**, com ganho mínimo de **8 dBi**, assegurando estabilidade e maior alcance de sinal;
4. **Beamwidth** mínimo de **45° horizontal e vertical**, permitindo cobertura ampliada;
5. Taxa de throughput real estimada de **75 Mbps a 200 m** ou **35 Mbps a 500 m** (podendo ser oferecido equipamento com características técnicas superiores);
6. Interfaces de rede compostas por **03 portas RJ45 10/100 Mbps por unidade**;
7. Segurança elétrica em conformidade com certificações **CB** e **CE-LVD**;
8. Compatibilidade eletromagnética assegurada por certificações **CE-EMC, IC e RCM**;
9. Alimentação elétrica com suporte a **12 VDC/1 A PoE passivo**.

Lote III – Sistema integrado de vigilância

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.
12	MONITOR DE VÍDEO PROFISSIONAL	UN	02

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Monitor de vídeo profissional com tela de **32 polegadas** na diagonal, destinado ao uso contínuo em aplicações profissionais;
2. Tipo de painel **VA**, garantindo qualidade de imagem e ampla fidelidade de cores;
3. Resolução mínima de **1920 x 1080 pixels (Full HD)**;
4. Passo do pixel de **0,36375 mm (H) x 0,36375 mm (V)**;
5. Brilho típico **de 400 cd/m² (nits) ou superior**;
6. Taxa de contraste estático de **4000:1 ou superior**;
7. Taxa de contraste dinâmico **MEGA**, assegurando maior profundidade nas imagens;
8. Tempo de resposta de **8 ms**;
9. Ângulo de visão de **178° horizontal e 178° vertical**;
10. Não serão aceitas **televisões**;
11. Conexões mínimas: **03 HDMI, 02 USB, 01 RJ45 e 01 porta IR**;
12. Tensão de entrada: **AC 100–240 V, 50/60 Hz**;
13. Suporte a **tempo de operação contínua (24/7)**, assegurando funcionamento ininterrupto.

Lote III – Sistema integrado de vigilância

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.
13	RACK METÁLICO TIPO 1	UN	06

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Estrutura do tipo Rack metálico padrão 19”, com altura mínima de **8U**, destinado à instalação de equipamentos de rede, servidores e acessórios compatíveis;
2. Profundidade interna mínima de **470 mm ou superior**, assegurando compatibilidade com equipamentos padrão de mercado;
3. Laterais independentes, removíveis e dotadas de ventilação tipo veneziana, permitindo adequada circulação de ar;
4. Porta frontal equipada com fechadura de segurança, garantindo proteção de acesso;
5. Porta frontal confeccionada em acrílico ou vidro, permitindo visualização dos equipamentos instalados sem necessidade de abertura;
6. Possuir estrutura com furação traseira para fixação em parede, possibilitando instalação suspensa de forma segura.

Lote III – Sistema integrado de vigilância

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.
14	RACK METÁLICO TIPO 2	UN	01

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Estrutura do tipo **Rack metálico padrão 19"**, com altura mínima de 36U, destinado à instalação de equipamentos de rede, servidores e acessórios compatíveis;
2. Profundidade interna mínima de **570 mm ou superior**, assegurando compatibilidade com equipamentos padrão de mercado;
3. Laterais independentes, **removíveis e dotadas de ventilação tipo veneziana**, permitindo adequada circulação de ar;
4. Porta frontal confeccionada em **acrílico ou vidro**, permitindo visualização dos equipamentos instalados sem necessidade de abertura;
5. Porta frontal equipada com **fechadura de segurança**, garantindo proteção de acesso.

Lote III – Sistema integrado de vigilância

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.
15	NOBREAKS DO TIPO 1	UN	06

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. NOBREAK com potência nominal mínima de **600 VA ou superior**, tensão de entrada compatível com redes padrão, assegurando operação estável e proteção aos equipamentos conectados;
2. Possuir forma de onda de saída do tipo **PWM (senoidal por aproximação)**, adequada para cargas críticas de informática;
3. Deve permitir **religamento automático (função Auto-Restart)**, após o retorno da energia elétrica;
4. Deve permitir **partida a frio (DC Start)**, possibilitando ligar o equipamento mesmo na ausência de energia da rede;
5. Deve possuir **função de autoteste (Auto-Test)**, realizando verificação automática dos circuitos internos e do estado das baterias ao ser ligado;
6. Deve possuir **botão Liga/Desliga** com proteção contra acionamento acidental, evitando desligamento indevido;
7. Deve possuir tomadas de saída no padrão **NBR 14136**, assegurando compatibilidade com equipamentos nacionais;
8. Deve possuir **função de rearme automático**, permitindo retomada da operação após a exaustão das baterias ou restauração da energia elétrica.

Lote III – Sistema integrado de vigilância

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.
16	NOBREAK TIPO 2	UN	01

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. NOBREAK com potência nominal mínima de **1.200 VA ou superior**, assegurando operação estável e proteção aos equipamentos conectados;
2. Possuir **tensão de entrada bivolt automática (100 a 240 V)**, permitindo adaptação às condições da rede elétrica;
3. Possuir **proteções contra sobrecarga, subtensão, surtos elétricos e curto-circuito**, assegurando confiabilidade no uso;
4. Possuir forma de onda de saída do tipo **PWM (senoidal por aproximação)**, adequada para cargas críticas de informática;
5. Deve permitir **religamento automático (função Auto-Restart)**, após o retorno da energia elétrica;
6. Deve permitir **partida a frio (DC Start)**, possibilitando ligar o equipamento mesmo na ausência de energia da rede;
7. Deve possuir **função de autoteste (Auto-Test)**, realizando verificação automática dos circuitos internos e do estado das baterias ao ser ligado;
8. Deve possuir **botão Liga/Desliga** com proteção contra acionamento acidental, evitando desligamento indevido;
9. Deve possuir tomadas de saída no padrão **NBR 14136**, assegurando compatibilidade com equipamentos nacionais;
10. Deve possuir **função de rearme automático**, permitindo retomada da operação após a exaustão das baterias ou restauração da energia elétrica.

Lote III – Sistema integrado de vigilância

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.
17	NOBREAK TIPO 3	UN	01

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. NOBREAK com potência nominal mínima de **2000 VA ou superior**, assegurando fornecimento contínuo e estável de energia;
2. Possuir forma de onda de saída **senoidal pura**, garantindo compatibilidade com equipamentos sensíveis e críticos;
3. Tipo dupla conversão ou online;
4. Possuir **tensões de saída de 120 V ou 220 V**, com possibilidade de seleção manual conforme a necessidade de instalação;
5. Equipado com tecnologia de comutação baseada em **IGBT (Insulated Gate Bipolar Transistor)**, assegurando maior eficiência e confiabilidade;
6. Integrar **filtro EMI (Eletromagnetic Interference)**, proporcionando mitigação de interferências eletromagnéticas e de radiofrequência;
7. Possuir **baterias internas**, livres de manutenção, com possibilidade de **expansão de autonomia por meio de bancos externos compatíveis**.

Lote III – Sistema integrado de vigilância

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.
18	CATRAÇAS PARA CONTROLE DE ACESSO	KIT	01

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Catraca Tipo 1 (03 unidades):

- 1.1 Catraca para controle de acesso com **liberação por reconhecimento facial**;
- 1.2 Vão de passagem de **0,65 metros**;
- 1.3 Porta pivotante confeccionada em **acrílico transparente**;
- 1.4 Capacidade de fluxo de **45 passagens por minuto ou superior**;
- 1.5 Sistema com **motor brushless de alta durabilidade (MCBF)**, projetado para resistir até **2 milhões de ciclos de operação contínuos**;
- 1.6 Possuir **05 pares de sensores infravermelhos**, dedicados à detecção precisa da passagem;
- 1.7 Estrutura fabricada em **aço inoxidável padrão SUS304**;
- 1.8 Possuir **sinalização visual com indicadores LED de direção** , para orientação correta do sentido de entrada e saída dos usuários.

2. Catraca Tipo 2 (03 unidades):

- 2.1 Catraca para controle de acesso com **liberação por reconhecimento facial**;
- 2.2 Vão de passagem de **0,9 metros**;
- 2.3 Porta pivotante confeccionada em **acrílico transparente**;
- 2.4 Capacidade de fluxo de **45 passagens por minuto ou superior**;
- 2.5 Sistema com motor brushless de alta durabilidade (MCBF), projetado para resistir **até 2 milhões de ciclos de operação contínuos**;
- 2.6 Possuir **05 pares de sensores infravermelhos**, dedicados à detecção precisa da passagem;
- 2.7 Estrutura fabricada em **aço inoxidável padrão SUS304**;
- 2.8 Possuir **sinalização visual com indicadores LED de direção** , para orientação correta do sentido de entrada e saída dos usuários.

3. Terminal de Controle de Acesso (08 unidades):

- 3.1 Terminal de controle de acesso com **tela IPS sensível ao toque de 7"** , resolução mínima de **600 x 1024 pixels**;
- 3.2 Lente de **2 MP** , com campo de visão: **HFOV 75,5°**, **VFOV 41,5°** e **DFOV 87°**;
- 3.3 **Microfone omnidirecional integrado**, permitindo áudio bidirecional;
- 3.4 **Possuir 02 entradas de alarme, 01 saída de alarme, sensor anti sabotagem (Tamper), interface RS-485 e Wiegand (26/34 bits)**;
- 3.5 Suporte a protocolos de rede: **ISUP 5.0, TCP/IP (IPv4 e IPv6)**;
- 3.6 Leitura de múltiplos formatos de cartões: **M1, Felica e DESFire**;
- 3.7 Capacidade de armazenamento para, no mínimo, **10.000 rostos, 50.000 cartões e 150.000 eventos**.

Lote III – Sistema integrado de vigilância			
ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.
19	SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO TIPO 1	UN	06

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Terminal de Reconhecimento Facial (01 unidade):

- 1.1 Equipado com tela **IPS sensível ao toque de 7"**, com resolução mínima de **600 x 1024 pixels**;
- 1.2 Possuir lente de **2 MP**, com campo de visão: **HFOV 75,5°, VFOV 41,5° e DFOV 87°**;
- 1.3 **Microfone omnidirecional integrado**, permitindo comunicação de áudio bidirecional;
- 1.4 Possuir **02 entradas de alarme, 01 saída de alarme, sensor antissabotagem (Tamper)**, interface **RS-485 e Wiegand (26/34 bits)**;
- 1.5 Suporte a protocolos de rede: **ISUP 5.0 e TCP/IP (IPv4 e IPv6)**;
- 1.6 Capacidade de leitura de múltiplos formatos de cartões: **M1, Felica e DESFire**;
- 1.7 Capacidade de armazenamento para, no mínimo, **10.000 rostos, 50.000 cartões e 150.000 eventos**.

2. Kit de instalação:

2.1 Conjunto completo e funcional para instalação em portas, composto por **fechadura do tipo eletroímã ou fecho solenoide**;

2.2 **01 fonte de alimentação nobreak**, compatível com o consumo total dos equipamentos;

2.3 **01 botoeira de saída sem toque** por cada unidade de controle de acesso.

Lote III – Sistema integrado de vigilância			
ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.
20	SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO TIPO 2	UN	3

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Terminal de Reconhecimento Facial (01 unidade):

- 1.1 Equipado com tela **IPS sensível ao toque de 7"**, com resolução mínima de **600 x 1024 pixels**;
- 1.2 Possuir lente de **2 MP**, com campo de visão: **HFOV 75,5°, VFOV 41,5° e DFOV 87°**;
- 1.3 **Microfone omnidirecional integrado**, permitindo comunicação de áudio bidirecional;
- 1.4 Possuir **02 entradas de alarme, 01 saída de alarme, sensor antissabotagem (Tamper)**, interface **RS-485 e Wiegand (26/34 bits)**;
- 1.5 Suporte a protocolos de rede: **ISUP 5.0 e TCP/IP (IPv4 e IPv6)**;
- 1.6 Capacidade de leitura de múltiplos formatos de cartões: **M1, Felica e DESFire**;
- 1.7 Capacidade de armazenamento para, no mínimo, **10.000 rostos, 50.000 cartões e 150.000 eventos**.

2. Kits de Instalação:

- 2.1 Conjunto completo e funcional para instalação em portas, composto por **fechadura do tipo eletroímã e/ou fecho solenoide**;

3. Acessórios Complementares:

- 3.1 01 fonte de alimentação nobreak, compatível com o consumo total dos equipamentos;

~~3.2. 01 botoeira de saída sem toque por cada unidade de controle de acessos.~~

Lote III – Sistema integrado de vigilância

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.
21	DETECTOR DE METAIS TIPO PORTAL	UN	05

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Equipamento de alta sensibilidade para detecção de metais em pessoas durante a passagem por pódio;
2. Possui capacidade de localização precisa de objetos metálicos e resistência a interferências externas.
3. **Funcionalidades:**
 - a. **Detecção de alta sensibilidade**, capaz de identificar metais do tamanho de uma moeda, com mínima ocorrência de alarmes falsos;
 - b. **Multizona**, com até **18 zonas de detecção independentes**, permitindo identificar e sinalizar simultaneamente a localização de múltiplos objetos metálicos no corpo;
 - c. **Ajuste de sensibilidade** com até **999 níveis configuráveis**, conforme o tamanho e tipo de metal a ser detectado;
 - d. **Display LCD colorido de 7"**, com exibição de menus, número de passagens, alarmes metálicos e status de funcionamento;
 - e. **Contagem de pessoas** com detecção precisa de passagens e ocorrências de alarme por sensores infravermelhos;
 - f. **Alarme luminoso e sonoro**, com indicação da posição dos metais por meio de LEDs laterais
4. **Especificações Técnicas:**
 - a. **Zonas de detecção**: 18 independentes;
 - b. **Altura mínima de detecção**: metais a partir de 3 cm acima do solo;
 - c. **Frequências configuráveis**: até 20 bandas para evitar interferências;
 - d. **Fonte de alimentação**: 100 a 240 V AC, 50/60 Hz;
 - e. **Dimensões da passagem**: 2000 (A) × 710 (L) × 500 (P) mm;
 - f. **Grau de proteção**: IP41;
 - g. **Alarmes**: 02 saídas de relé.

Lote III – Sistema integrado de vigilância

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.
22	CABO UTP MULTILAN – CATEGORIA 6	m	6500

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Cabo de rede do tipo **U/UTP**, Categoria 6, desenvolvido para aplicações de transmissão de dados em redes locais (LAN);
2. Capacidade de operação até **250 MHz**, conforme padrões internacionais;
3. **Estrutura Construtiva:**
 - 3.1 Condutores em **cobre sólido de alta pureza**, com bitola nominal de **23 AWG**;
 - 3.2 Isolamento em **termoplástico polietileno de alta densidade (HDPE)**;
 - 3.3 Revestimento externo em **PVC retardante à chama**, classificação **CM** conforme normas **ABNT/IEC**.
4. **Desempenho Elétrico e Mecânico:**
 - 4.1 Atraso de propagação de **570 ns/100m @ 1 MHz**;
 - 4.2 Resistência elétrica CC máxima de **9,38 Ω / 100 m a 20 °C**;
 - 4.3 Tensão de ruptura mínima de **400 N**;
 - 4.4 Insertion Loss de **19,8 dB/100m a 100 MHz**.

Lote III – Sistema integrado de vigilância

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.
23	CONECTOR PARA CABO UTP CATEGORIA 6	UN	182

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Conectormodular do tipo **RJ45**, destinado à terminação de cabos de rede Categoria 6, padrão U/UTP, para aplicação em sistemas de cabeamento estruturado;
2. Compatível com cabos sólidos de bitola entre **23 AWG e 26 AWG**;
3. Material de contato em **cobre com revestimento de 50 μ m de ouro**;
4. Revestimento adicional de **100 μ m de níquel**, assegurando maior resistência à oxidação e confiabilidade na transmissão;
5. Suporte a **690 ciclos de inserção ou superior**, garantindo alta durabilidade.

Lote III – Sistema integrado de vigilância

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.
24	FIBRA ÓPTICA DO TIPO DROP METÁLICO	m	200

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Cabo óptico do tipo **drop compacto metálico**, desenvolvido para aplicações de acesso final em redes ópticas **FTTH e FTTA**;
2. Composto por fibras ópticas **monomodo de baixa sensibilidade à curvatura (BLI A/B, ITU-T G.657 A2)**;
3. Revestimento externo em material termoplástico **livre de halogênios (LSZH)**, com espessura mínima de **0,35 mm**;
4. Faixa de temperatura de operação de **-20 °C a +65 °C**, conforme **ABNT NBR 13510**;
5. Resistência à compressão de **1.000 N**, conforme **ABNT NBR 13507**;
6. Atenuação máxima @ **1310 nm: 0,40 dB/km**;
7. Atenuação máxima @ **1550 nm: 0,25 dB/km**;
8. Atende às normas: **ANATEL Categoria I, ITU-T G.657 A2, ABNT NBR 16028, ABNT NBR 13507 /13508 / 13510 / 13512, RoHS**;
9. Certificação mínima: **ISO 9001**.

Lote III – Sistema integrado de vigilância

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.
25	CORDÃO ÓPTICO SIMPLEX 1,5 METROS	UN	12

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Cordão óptico do tipo **simplex**, com comprimento de **1,5 metros ou superior**, padrão **SM (G.652.D)**;
2. Compatível com fibras de baixa sensibilidade à curvatura (**BLI – G.657 A ou B**);
3. Revestimento externo em **COG** ou **LSZH**;
4. Classificação de flamabilidade conforme **ABNT NBR 14106**;
5. Resistência à tração (ruptura) **maior ou igual a 200 N**;
6. Atende às normas: **ABNT NBR 14106, ABNT NBR 13521, ABNT NBR 14075, RoHS**.

Lote III – Sistema integrado de vigilância

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.
26	TRANSCEPTOR SFP 1GBPS	UN	08

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Transceptor óptico com taxa de dados mínima de **1 Gbps**, compatível com interfaces padrão SFP;
2. Conector do tipo **Simplex LC UPC**, garantindo desempenho adequado em redes de fibra óptica;
3. Suporte a conexões em **fibra monomodo** com alcance de até 3 km LASER;
4. Classificação de segurança **Laser Classe 1**, conforme norma internacional **IEC/EN 60825-1:2014**;
5. Comprimento de onda **TX: 1310 nm para trava azul e 1550 nm para trava amarela**;
6. Comprimento de onda **RX: 1550 nm para trava azul e 1310 nm para trava amarela**.

Lote III – Sistema integrado de vigilância

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.
27	MESA CONTROLADORA IP PARA CÂMERAS SPEEDDOME	UN	01

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Controle de câmeras e grupos de câmeras com atalhos de operação rápida;
2. Possuir atualização de sistema e importação/exportação de configurações via dispositivo **USB**;
3. Acesso e configuração via **navegador web**;
4. Gerenciamento de até **16 contas de usuário** (01 administrador e 15 operadores);
5. Modos de controle compatíveis: **Rede, RS-232, RS-422 e RS-485**;
6. Interface de rede: **01 porta Ethernet 10/100 Mbps auto-adaptativa**.

Lote III – Sistema integrado de vigilância

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.
28	SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE CONTROLE DE ACESSOS	UN	01

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Plataforma integrada para gerenciamento centralizado de sistemas de controle de acesso, incluindo catracas, controladoras e terminais de identificação por cartão, biometria, reconhecimento facial e QR Code;
2. Arquitetura do tipo cliente-servidor ou web-based, acessível em navegadores padrão como Chrome, Edge e Firefox;
3. Interface gráfica em português, amigável e responsiva;
4. Funcionalidade de cadastro e gerenciamento de usuários, grupos, níveis de acesso e horários;
5. Controle e monitoramento em tempo real de catracas, portas e terminais;
6. Suporte a múltiplos métodos de autenticação, incluindo cartão RFID/MIFARE, biometria, senha e reconhecimento facial;
7. Integração compatível com banco de dados relacional como MySQL, PostgreSQL, SQL Server ou equivalente;
8. Emissão de relatórios completos de acessos, tentativas negadas, horários e logs de eventos;
9. Suporte a notificação e alarmes em tempo real para eventos como porta forçada, tentativa de acesso indevido ou falhas de comunicação;
10. Capacidade mínima de gerenciamento de 500 usuários e 50 dispositivos;
11. Suporte a expansão modular, permitindo inclusão de novos equipamentos sem necessidade de substituição da solução existente;
12. Atualizações e suporte técnico garantidos pelo fornecedor;
13. O software deverá ser fornecido com todas as licenças necessárias, atendendo a, no mínimo, 05 estações de trabalho.

Lote III – Sistema integrado de vigilância

ITEM	PRODUTO	UNID. QTD.	
		UNID.	QTD.
29	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	UN	01

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Instalação dos equipamentos, incluindo seu posicionamento, fixação e configuração inicial;
2. Passagem dos cabos necessários, com organização e adequação da infraestrutura;
3. Conectorização dos pontos, assegurando a integridade e a padronização das conexões;
4. Realização de treinamento operacional para capacitar os usuários e/ou a equipe responsável quanto ao correto manuseio e operação dos sistemas implantados.

Lote IV – Sistema Audiovisual

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.
01	MÓDULO DE POTÊNCIA - AMPLIFICADOR	UN	02

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Equipamento de amplificação de áudio, do tipo multicanal, destinado à sonorização profissional, compatível com montagem em rack padrão 19" EIA, ocupando no máximo 1 U de altura;
2. O equipamento deverá possuir, no mínimo, 4 (quatro) canais independentes, com potência nominal mínima de 300 W por canal;
3. Pares de canais deverão permitir operação no modo **bridge**, possibilitando maior flexibilidade de potência conforme a aplicação;
4. Compatibilidade de operação em cargas de $4/8\ \Omega$ e em linhas de distribuição de tensão constante de 70 V e 100 V;
5. Resposta em frequência de 40 Hz a 20 kHz, com variação máxima de $\pm 0,5$ dB em toda a faixa;
6. Controles de nível de cada canal disponíveis no painel traseiro, frontal ou por interface de software de gerenciamento;
7. Entradas de áudio em nível de linha balanceada, com conectores padrão **XLR de 3 pinos** ou **euroblock**;
8. O equipamento deverá possuir indicadores visuais de sinal, limite e falha, de forma a permitir monitoramento rápido do funcionamento;
9. Sistema de proteção eletrônica contra curto-circuito e sobreaquecimento;
10. Ventilação natural por corrente de convecção, garantindo operação silenciosa e confiável;
11. Fonte de alimentação com **correção ativa do fator de potência (PFC)**;
12. Relação sinal-ruído superior a 100 dB em toda a faixa de resposta em frequência;
13. Sistema integrado de economia de energia;
14. Conformidade com a diretiva **RoHS** (Restrição do Uso de Substâncias Nocivas);
15. Alimentação elétrica bivolt automática (120–240 VAC, 50/60 Hz);
16. Estrutura projetada para instalação em rack padrão 19", ocupando no máximo 1 U de altura;
17. O módulo deverá ser adequado à ligação de **caixas acústicas de embutir** com driver de compressão de alta frequência;
18. O fornecimento deverá contemplar 2 (duas) unidades do equipamento, sendo:
 - 18.1. 01 (uma) unidade destinada ao Auditório;
 - 18.2. 01 (uma) unidade destinada à Sala de Reuniões;
19. Marca de referência: QSC CX-Q 2K4 + Acessórios;
20. Destina-se à sonorização do auditório e da sala de reuniões da sede da PGE.

Lote IV – Sistema Audiovisual

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.
02	CAIXAS ACÚSTICAS COM DRIVER DE COMPRESSÃO DE ALTA FREQUÊNCIA E WOOFER INTEGRADO PARA AUDITÓRIOS	UN	10

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Caixa acústica de embutir, projetada para instalação em forros de teto mineral ou de gesso acartonado, destinada à sonorização profissional de ambientes internos;
2. Potência contínua mínima de 100 W RMS;
3. Potência de programa (pico) mínima de 200 W;
4. Sistema de fixação robusto e seguro para aplicação em forros;
5. Compatibilidade com sistemas de linha de tensão constante de 70 V e 100 V, equipada com transformador interno de fábrica, com derivações para 1/1, 1/2, 1/4 e 1/8 da potência máxima suportada;
6. Capacidade de operação em linhas de baixa impedância (8 Ω ou 16 Ω);
7. Sensibilidade mínima de 88 dB/W a 1 m;
8. Resposta em frequência abrangendo a faixa de 80 Hz a 18 kHz, a -3 dB;
9. Conjunto de alto-falantes composto por:
 - 9.1. Woofer de 6,5" a 8";
 - 9.2. Transdutor de alta frequência (tweeter) de 1" a 1,75", montados axialmente;
10. Quantitativo de fornecimento:
 - 10.1. 06 (seis) unidades destinadas ao Auditório;
 - 10.2. 04 (quatro) unidades destinadas à Sala de Reuniões;
11. Compatibilidade assegurada para ligação direta com o **Módulo de Potência – Amplificador**;
12. Marca de referência: BOSE DM6C + Acessórios;
13. Destina-se à sonorização do auditório e da sala de reuniões da sede da PGE.

Lote IV – Sistema Audiovisual				
ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.	
03	FIO BICOLOR PARALELO 2 VIAS DE 2,5MM (12 AWG)	m	150	

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Cabo flexível de alta qualidade, recomendado para transmissão de áudio em sistemas de sonorização profissional;
2. Condutores em cobre revestido com PVC (AlCu), garantindo durabilidade e eficiência na condução elétrica;
3. Configuração com 2 vias de 2,5 mm², equivalente a bitola AWG 12, assegurando ótima transmissão de sinal;
4. Estrutura bicolor para facilitar a identificação dos condutores e agilizar o processo de instalação;
5. Compatibilidade assegurada para ligação entre o **Módulo de Potência – Amplificador** e as **Caixas Acústicas com driver de compressão de alta frequência e woofer integrado para auditórios**;
6. Quantitativo de fornecimento:
 - 6.1. 120 (cento e vinte) metros destinados ao Auditório;
 - 6.2. 30 (trinta) metros destinados à Sala de Reuniões;
7. Marca de referência: Santo Ângelo;
8. Destina-se à sonorização do auditório e da sala de reuniões da sede da PGE.

Lote IV – Sistema Audiovisual

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.
04	INTERFACE DE AUDIO DIGITAL - MESA DIGITAL WIRELESS COM CONTROLE DE WIFI INTEGRADO	UN	02

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Compatibilidade plena e integração com o **Processador Digital de Áudio**;
2. Configuração mínima de 16 canais balanceados, com suporte a USB, MIDI, Phantom Power e 04 saídas auxiliares;
3. Conectividade USB para armazenamento de arquivos e atualizações de sistema;
4. Gravador estéreo USB integrado, permitindo gravação de trilhas ao vivo diretamente em iPad ou PC, com possibilidade de mixagem de monitoração com efeitos e zero latência;
5. Analisador em tempo real com no mínimo 100 bandas disponível para todos os canais e equalizadores de barramento;
6. Montagem em rack, com os seguintes requisitos:
 - 6.1. Abas de rack e amortecedores de proteção incluídos;
 - 6.2. Processamento de sinal digital por DSP de ponto flutuante;
 - 6.3. Possibilidade de operação remota via conexão Ethernet;
 - 6.4. Saídas principais: 2 x XLR;
 - 6.5. Saídas auxiliares: 2 x P10 (1/4" – 6,3 mm);
 - 6.6. Antena inclusa;
 - 6.7. Porta Ethernet dedicada;
 - 6.8. Conectividade Wi-Fi integrada;
 - 6.9. Compatibilidade USB total;
7. Quantitativo de fornecimento:
 - 7.1. 01 (uma) unidade destinada ao Auditório;
 - 7.2. 01 (uma) unidade destinada à Sala de Reuniões;
8. Marca de referência: BEHRINGER XR18 + Acessórios;
9. Destina-se à sonorização do auditório e da sala de reuniões da sede da PGE.

Lote IV – Sistema Audiovisual

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.
05	CABOS DE CONEXÃO XLR (CANON)	UN	20

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Cabo flexível recomendado para transmissão de áudio em sistemas de sonorização de alta qualidade;
2. Conectores: XLR (Cannon) macho e XLR (Cannon) fêmea de alta qualidade;
3. Cabo balanceado, projetado para minimizar interferências externas e assegurar sinal de áudio limpo e livre de ruídos;
4. Dupla blindagem composta por trança de cobre estanhado e camada adicional de folha de alumínio isolante, garantindo proteção superior contra interferências eletromagnéticas e transmissão estável de sinal;
5. Comprimento mínimo de cada cabo: 5 metros;
6. Quantitativo de fornecimento:
 - 6.1. 10 (dez) cabos destinados ao Auditório;
 - 6.2. 10 (dez) cabos destinados à Sala de Reuniões;
7. Marca de referência: PK Sound;
8. Destina-se à sonorização do auditório e da sala de reuniões da sede da PGE.

Lote IV – Sistema Audiovisual

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.
06	SISTEMA DE MICROFONES CARDÍOIDES SEM FIO COM BASE RECEPTORA	UN	04

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Sistema composto por 4 (quatro) microfones cardioides sem fio, tipo de mão, com resposta de frequência otimizada para captação de voz;
2. Base receptora sem fio UHF com ajuste de frequência;
3. Operação livre de interferências provenientes de canais de TV digital e telefonia móvel 4G;
4. Alcance de operação superior a 70 metros;
5. Desempenho acústico:
 - 5.1. Distorção Harmônica Total (THD) $\leq 1\%$;
 - 5.2. Resposta em frequência de 80 Hz a 15 kHz;
 - 5.3. Alcance dinâmico > 100 dB;
6. Funções de operação e ajuste:
 - 6.1. Ajuste automático de squelch;
 - 6.2. Procura automática de canais livres (scan);
 - 6.3. Sincronização rápida entre transmissor e receptor por comunicação sem fio;

- 6.4. Ajuste de ganho na base receptora;
- 6.5. Ajuste de nível do sinal de saída;
7. Especificações dos microfones transmissores:
 - 7.1. Padrão polar: unidirecional ou cardióide;
 - 7.2. Tipo de cápsula: dinâmica;
 - 7.3. Potência de transmissão de RF ≥ 10 mW;
 - 7.4. Botão liga/desliga e mute integrados;
 - 7.5. Painel LED ou OLED no corpo do transmissor, indicando estado, nível de bateria, canal e frequência;
 - 7.6. Alimentação por bateria com autonomia mínima de 8 horas;
8. Especificações da base receptora:
 - 8.1. Montagem em rack padrão;
 - 8.2. Alimentação elétrica por fonte externa;
 - 8.3. Saída de áudio balanceada em nível de linha ou microfone, com conector XLR macho de 3 pinos;
 - 8.4. Visor no painel frontal exibindo nível de sinal de áudio, sinal de RF, nível de bateria, frequência, canal e grupo de transmissão;
 - 8.5. Mínimo de 2 (duas) antenas destacáveis;
9. Acessórios obrigatórios:
 - 9.1. Baterias recarregáveis (internas ou externas);
 - 9.2. Base de carregamento para recarga sem a necessidade de remoção das baterias do transmissor;
10. Quantitativo mínimo de fornecimento:
 - 10.1. 2 (duas) unidades destinadas ao Auditório;
 - 10.2. 2 (duas) unidades destinadas à Sala de Reuniões;
11. Marca de referência:
SHUREQLXD4+QLXD2/SM58+SBC203+SB903+UAMS+Acessórios;
- ~~12. Destina-se à sonorização do auditório e da sala de reuniões da sede da PGE.~~

Lote IV – Sistema Audiovisual			
ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.
07	SISTEMA DE MICROFONES GOOSENECK (PESCOÇO DE GANSO) SEM FIO	UN	08

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Sistema composto por 4 (quatro) microfones Gooseneck (pescoço de ganso), sem fio, do tipo de mesa, com resposta de frequência otimizada para captação de voz;
2. Base receptora sem fio UHF com ajuste de frequência;
3. Operação livre de interferências provenientes de canais de TV digital e telefonia móvel 4G;
4. Alcance de operação superior a 70 metros;
5. Alcance dinâmico > 100 dB;
6. Funções de operação e ajuste:
 - 6.1. Ajuste automático de squelch;
 - 6.2. Procura automática de canais livres (scan);
 - 6.3. Sincronização rápida entre transmissor e receptor por comunicação sem fio;
 - 6.4. Ajuste de ganho na base receptora;
 - 6.5. Ajuste de nível do sinal de saída;
7. Especificações dos microfones transmissores:
 - 7.1. Padrão polar: supercardióide;
 - 7.2. Tipo de cápsula: dinâmica;
 - 7.3. Potência de transmissão de RF ≥ 10 mW;
 - 7.4. Botão liga/desliga e mute integrados;
 - 7.5. Painel LED ou OLED no corpo do transmissor, indicando estado, nível de bateria, canal e frequência;
 - 7.6. Alimentação por bateria com autonomia mínima de 8 horas;
8. Especificações da base receptora:
 - 8.1. Montagem em rack padrão;
 - 8.2. Alimentação elétrica por fonte externa;
 - 8.3. Saída de áudio balanceada em nível de linha ou microfone, com conector XLR macho de 3 pinos;
 - 8.4. Visor no painel frontal exibindo nível de sinal de áudio, sinal de RF, nível de bateria, frequência, canal e grupo de transmissão;
 - 8.5. Mínimo de 2 (duas) antenas destacáveis;
9. Quantitativo mínimo de fornecimento:
 - 9.1. 3 (três) unidades destinadas ao Auditório;
 - 9.2. 5 (cinco) unidades destinadas à Sala de Reuniões;
10. Marca de referência: TSI MMF-150 + Acessórios;
11. Destina-se à sonorização da sala de reuniões da sede da PGE.

Lote IV – Sistema Audiovisual

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.
08	PAINEL DE LED INDOOR 4 x 2 METROS E RESOLUÇÃO P2.9	UN	01

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Pannel para recebimento de imagens, especialmente retorno do pannel eletrônico com todas as informações sobre o andamento da sessão, com medida mínima de 4,00m (comprimento) x 2,00m (altura);
2. Composto por placas de LED P2.9, devidamente funcionando com processadora e *send card* compatíveis, recomendados pelo fabricante;
3. Fornecimento deverá incluir cabos de energia e de sinal necessários ao perfeito funcionamento do conjunto;
4. Características técnicas mínimas:
 - 4.1. Brilho: 2.000 nits;
 - 4.2. Distância entre pixels: 2,9 mm;
 - 4.3. Frequência de *refresh*: 1.920 a 3.840 Hz;
 - 4.4. Tipo de LED: Black SMD 2121;
 - 4.5. Ângulo de visão: horizontal 160º / vertical 140º;
 - 4.6. Controle de brilho: 256 níveis;
 - 4.7. Escala de cinzas: 16 bits;
 - 4.8. Frequência de alimentação: 50 ou 60 Hz;
 - 4.9. Consumo máximo: 490 W/m²;
 - 4.10. Tensão de entrada: 110/220 V;
 - 4.11. Vida útil: ≥ 100.000 h;
 - 4.12. Padrão de proteção: IP40 / IP21;
 - 4.13. Temperatura de funcionamento: -20°C a 70°C;
 - 4.14. Umidade de funcionamento: 10% a 90%;
 - 4.15. Tamanho dos gabinetes: 500 x 1000 mm ou 1000 x 1000 mm;
 - 4.16. Certificações mínimas: TUV-CE + RoHS / ETL + FCC / CCC;
5. Suporte compatível, construído em metal e materiais duráveis, assegurando a qualidade da instalação em parede de alvenaria;
6. Quantitativo mínimo de fornecimento: 1 (uma) unidade destinada ao Auditório;
7. Marca de referência: BRIWAX PAINEL LED 2.9 INDOOR + Processadora + Acessórios;
8. Destina-se à visualização de apresentações no auditório da sede da PGE.

4. LOCAL PARA ENTREGA DOS BENS [E/OU EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS]:

Procuradoria-Geral do Estado do Piauí, localizada na Av. Sen. Area Leão, 1650 - Jóquei, Teresina - PI, 64049-110. Teresina – Piauí – Brasil.

5. CONSIDERAÇÕES GERAIS

- 5.1. Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso e virem em embalagem lacrada do próprio fabricante;
- 5.2. Os equipamentos deverão pertencer à linha corporativa do fabricante, não sendo aceito equipamentos destinados ao uso doméstico;
- 5.3. Todos os serviços ora propostos deverão ser do fabricante, a fim de garantir as melhores práticas e garantias dos equipamentos;
- 5.4. A licitante deverá ainda apresentar declaração, emitida pelo fabricante, comprovando ser revenda autorizada e que está apta a comercializar os produtos objeto do edital;
- 5.5. O atendimento técnico durante o período da garantia deverá ser realizado por equipe de profissionais certificados pelo próprio fabricante, devidamente comprovada por meio de certificado de treinamento;
- 5.6. O fabricante deverá disponibilizar número de telefone 0800 para prestar serviço de suporte técnico;
- 5.7. Deverá ser disponibilizado acesso a base de conhecimento do site do fabricante e fóruns de discussão.

6. QUANTIDADE DE BENS

LOTE I	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (u)
ITEM 01	MICROCOMPUTADOR DESKTOP DE ALTO DESEMPENHO - PROCESSADOR I7	115
ITEM 02	MONITOR LED 23,8"	115

LOTE II	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
ITEM 01	SERVIDOR DE RACK 2U COM 12 BAIAS DE 3.5"	01

LOTE III	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
ITEM 01	CÂMERA IP BULLET – TIPO 1	01
ITEM 02	CÂMERA IP TURRET – TIPO 2	53
ITEM 03	CÂMERA IP TURRET – TIPO 3	16
ITEM 04	CÂMERA IP BULLET PARA USO EXTERNO – TIPO 4	21
ITEM 05	CÂMERA IP PTZ – TIPO 5	02
ITEM 06	GRAVADOR DE VÍDEO EM REDE PARA CÂMERAS IP	07
ITEM 07	SWITCH DE REDE TIPO 1	08
ITEM 08	SWITCH DE REDE TIPO 2	04
ITEM 09	SWITCH DE REDE TIPO 3	01
ITEM 10	SWITCH DE REDE TIPO 4	01
ITEM 11	EQUIPAMENTO PARA TRANSMISSÃO DE DADOS	03 (PAR)
ITEM 12	MONITOR DE VÍDEO PROFISSIONAL	02
ITEM 13	RACK METÁLICO TIPO 1	06
ITEM 14	RACK METÁLICO TIPO 2	01
ITEM 15	NOBREAKS TIPO 1	06
ITEM 16	NOBREAK TIPO 2	01
ITEM 17	NOBREAK TIPO 3	01
ITEM 18	CATRAPAS PARA CONTROLE DE ACESSO	01 (KIT)
ITEM 19	SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSOS TIPO 1	06
ITEM 20	SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSOS TIPO 2	03
ITEM 21	DETECTOR DE METAIS TIPO PORTAL	05

ITEM 22	CABO UTP MULTILAN CATEGORIA 6	6500 (m)
ITEM 23	CONECTOR PARA CABO UTP CATEGORIA 6	182
ITEM 24	FIBRA ÓPTICA DO TIPO DROP METÁLICO	200 (m)
ITEM 25	CORDÃO ÓPTICO SIMPLEX 1,5 METROS	12
ITEM 26	TRANSCEPTOR SFP 1GBPS	08
ITEM 27	MESA CONTROLADORA IP PARA CÂMERAS SPEEDDOME	01
ITEM 28	SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE CONTROLE DE ACESSOS	01
ITEM 29	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	01

LOTE IV	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
ITEM 01	MÓDULO DE POTÊNCIA - AMPLIFICADOR	02
ITEM 02	CAIXAS ACÚSTICAS COM DRIVER DE COMPRESSÃO DE ALTA FREQUÊNCIA E WOOFER INTEGRADO PARA AUDITÓRIOS	10
ITEM 03	FIO BICOLOR PARALELO 2 VIAS DE 2,5MM (12 AWG)	150m
ITEM 04	INTERFACE DE AUDIO DIGITAL - MESA DIGITAL WIRELESS COM CONTROLE DE WIFI INTEGRADO	02
ITEM 05	CABOS DE CONEXÃO XLR (CANON)	20
ITEM 06	SISTEMA DE MICROFONES CARDIOIDES SEM FIO COM BASE RECEPTORA	04
ITEM 07	SISTEMA DE MICROFONES GOOSENECK (PESCOÇO DE GANSO) SEM FIO	08
ITEM 08	PAINEL DE LED INDOOR 4 x 2 METROS E RESOLUÇÃO P2.9	01

7. IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO

7.1 Entende-se como **implantação**, a entrega, conferência física, instalação, configuração e ativação plena de todos os equipamentos e sistemas especificados neste documento, na dependência da Procuradoria-Geral do Estado do Piauí;

7.2 A entrega dos itens 01 e 02 do lote I devem ser de responsabilidade da CONTRATADA do respectivo lote;

7.3 A entrega do item 02 do lote II devem ser responsabilidade da CONTRATADA do respectivo lote;

7.4 A instalação física em ambiente (interno/externo), configuração e implementação dos itens de 01 a 28 do lote III, que correspondem ao item 29 (serviços de instalação), devem ser de responsabilidade da CONTRATADA do respectivo lote;

7.5 A instalação física em ambiente e configuração dos itens 01 a 08 do lote IV devem ser de responsabilidade da CONTRATADA do respectivo lote;

7.6 Todo o processo de instalação e configuração, definido acima, será acompanhado e supervisionado por equipe técnica do CONTRATANTE;

7.7 Todos os materiais e acessórios necessários para a instalação são de responsabilidade da CONTRATADA;

7.8 Todas as ações do CONTRATADO no ambiente do CONTRATANTE relacionadas à configuração e à ativação dos equipamentos e serviços deverão ser documentadas pelo CONTRATADO a fim de viabilizar a transferência de conhecimento para os técnicos do CONTRATANTE.

8. PRAZO DE GARANTIA TÉCNICA

8.1 Deve possuir garantia padrão por **um período mínimo de 60 (sessenta) meses** para reposição de peças danificadas, mão-de-obra de assistência técnica e suporte, **exceto**:

8.1.1 Microcomputadores Desktop De Alto Desempenho – Processador i7 que devem possuir **garantia** do Fabricante por **um período mínimo de 36 (trinta e seis) meses na modalidade on-site, conforme descrito no item;**

8.1.2 Nobreaks Tipo 1, Nobreaks Tipo 2 e Nobreak Tipo 3 **que devem possuir garantia padrão por um período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses, conforme descrito nos itens;**

8.2 Os serviços de reparo dos equipamentos especificados serão executados somente e exclusivamente ON-SITE na cidade de Teresina;

8.3 A CONTRATADA ou FABRICANTE deve possuir Central de Atendimento tipo (0800) para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema;

8.4 O atendimento deve ser realizado conforme descrito em cada item;

8.5 O prazo máximo para atendimento do chamado deve ser de até 2 horas após a sua abertura e 6 horas adicionais para solução do problema para todo o hardware fornecido, exceto para Rack, a garantia deverá ser confirmada através de declaração do fabricante.

8.6 A CONTRATADA ou FABRICANTE também deve oferecer canais de comunicação e ferramentas adicionais de suporte online como “chat”, “e-mail” e página de suporte técnico na Internet com disponibilidade de atualizações e “hotfixes” de drivers, BIOS, firmware, sistemas operacionais e ferramentas de troubleshooting, no mínimo;

8.7 Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus para o CONTRATANTE, a parte ou peça defeituosa, após a conclusão do respectivo analista de atendimento de que há a necessidade de substituir uma peça ou recolocá-la no sistema, salvo-se quando o defeito for provocado por uso inadequado;

8.8 Para efeito de padronização dos equipamentos, os itens do lote I e lote III deverão ser do mesmo fabricante, sob pena de desclassificação, **exceto** os seguintes itens: Nobreaks (Tipo 1, Tipo 2 e Tipo 3), Racks metálicos, Monitores/Painéis Profissionais LFD de 32” ou superior, cabos e conectores, Fibra Óptica Drop Metálico, Cordão óptico simplex 1,5m, Transceptor SFP 1 Gbps e Mesa Controladora;

8.9 Possuir recurso disponibilizado via web, site do próprio fabricante (informar url para comprovação), que permita verificar a garantia do equipamento através da inserção do seu número de série;

8.10 A substituição de componentes ou peças decorrentes da garantia não gera quaisquer ônus para a contratante. Toda e qualquer peça ou componente consertado ou substituído, fica automaticamente garantido até o final do prazo de garantia do objeto.

9. TREINAMENTO

9.1 Antes da implementação dos itens dos lotes III (sistema integrado de vigilância) e IV (audiovisual), deverá ser realizada uma apresentação técnica e conceitual da solução, descrevendo como os conhecimentos da solução proposta serão transferidos para a equipe da PGE-PI, e como os administradores devem estar preparados para suportar a nova rotina operacional e gerencial;

9.2 Durante a implementação da solução os profissionais da empresa vencedora deverão transferir conhecimento por meio da instalação assistida dos componentes;

9.3 Logo após a implementação deverá ser realizada uma explanação da rotina de administração e gerenciamento do ambiente composto dos sistemas operacionais, softwares aplicativos e hardware para a equipe técnica, no máximo 03 (três) pessoas, com 32h (trinta e duas horas), no local da instalação do equipamento ou em outro ambiente com as condições apropriadas para os treinamentos. Os treinamentos deverão ser ministrados por profissionais certificados pelo fabricante dos equipamentos.

9.4 Os serviços de instalação e configuração, presencialmente, serão prestados nas dependências da Procuradoria-Geral do Estado do Piauí - PGE/PI, localizada na Av. Sen. Area Leão, 1650 - Jóquei, na cidade de Teresina – PI.

9.5 Caso o treinamento seja realizado em outro local, cidade ou estado, todo o custo com espaço,

deslocamento, alimentação e hospedagem deverá ser de responsabilidade da contratada.

10. PRAZOS

10.1 Após a assinatura do contrato e formalização da CONTRATANTE, a contratada disporá do prazo máximo de 60 (sessenta) dias para entrega dos equipamentos.

11. TERMO DE COMPROMISSO

11.1 A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE no momento da assinatura do contrato, o termo de compromisso e de confidencialidade devidamente assinado, conforme o Apêndice A dessas Especificações Técnicas.

APÊNDICE A - Termo de Compromisso, Sigilo e Confidencialidade

Os abaixo-assinados, de um lado a PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ, CNPJ nº 05.467.476/0001-50, situada na cidade de Teresina-PI, à Avenida Senador Azeiteiro, 1650 - Jóquei, Teresina - PI, 64049-110, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado _____, CNPJ nº _____/_____, situada na cidade de _____, à Rua: _____, bairro _____, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justa e acertada, a celebração do presente TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE, através do qual a CONTRATADA aceita não divulgar sem autorização prévia e formal segredos e informações sensíveis de propriedade da PGE-PI e se compromete a praticar procedimentos de segurança da informação, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

PRIMEIRA – A CONTRATADA reconhece que em razão das suas atividades profissionais, estabelece contato com informações sigilosas, que devem ser entendidas como segredo. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios Colaboradores da _____, sem a expressa e escrita autorização da PGE-PI.

SEGUNDA – As informações, exemplificadas abaixo, devem receber o tratamento de confidencialidade adequado, de acordo com o seu nível de classificação.

1. Programas de computador, suas listagens, documentação, artefatos diversos, código fonte e código objeto;
2. Toda a informação relacionada a programas existentes ou em fase de desenvolvimento no âmbito da, inclusive fluxogramas, estatísticas, especificações, avaliações, resultados de testes, arquivos de dados, artefatos diversos e versões “beta” de quaisquer programas;
3. Documentos, informações e dados armazenados de atuação consultiva e contenciosa, de estratégias ou demais dados e/ou informações de caráter sigiloso ou restrito à;
4. Metodologia, projetos e serviços utilizados;
5. Números e valores financeiros.

TERCEIRA – A CONTRATADA reconhece que a lista acima é meramente exemplificativa e ilustrativa e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou que venham a surgir no futuro devem ser mantidas sob segredo. Em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação a CONTRATADA deve tratar a mesma sob sigilo até que seja autorizado, formalmente, a tratá-la de forma diferente pela CONTRATANTE.

QUARTA – A CONTRATADA reconhece que, no seu desligamento definitivo da PGE-PI deverá entregar à CONTRATANTE todo e qualquer material de propriedade desta, inclusive notas pessoais envolvendo

matérias sigilosas relacionadas com a _____, registros de documentos de qualquer natureza que tenham sido usados, criados ou estado sob seu controle. A CONTRATADA também assume o compromisso de não utilizar qualquer informação adquirida quando de suas atividades para a PGE-PI.

QUINTA – A CONTRATADA deve assegurar que todos os seus colaboradores guardarão sigilo sobre as informações que porventura tiverem acesso, mediante o ciente de seus colaboradores em Termo próprio a ser firmado entre a CONTRATADA e seus colaboradores, e que os mesmos comprometer-se-ão a informar, imediatamente, ao seu superior hierárquico, qualquer violação das regras de sigilo, por parte dele ou de qualquer pessoa, inclusive nos casos de violação não intencional.

Parágrafo Primeiro: A coleta dos Termos de Sigilo de seus colaboradores não exime a CONTRATADA das penalidades por violação das regras por parte de seus contratados.

Parágrafo Segundo: A CONTRATADA deverá fornecer cópia de todos os termos firmados com seus colaboradores à PGE-PI no prazo de 10 dias após assinatura dos respectivos termos.

Parágrafo Terceiro: Sempre que um colaborador for admitido, A CONTRATADA deverá fornecer cópia dos novos termos firmados no prazo de 2 dias após assinatura dos respectivos termos.

SEXTA - O atendimento deste Termo de Sigilo e Confidencialidade bem como da das Diretrizes Básicas da Política de Segurança da Informação devem ser incorporados formalmente ao contrato de trabalho dos funcionários da CONTRATADA que prestarem serviços à PGE-PI.

SÉTIMA – A CONTRATADA deverá seguir a Política de Segurança da Informação definida pela CONTRATANTE.

OITAVA - O não cumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo implicará em responsabilização civil e criminal, de acordo com a legislação vigente.

Em, __ de _____ de ____.

Responsável pelo Contrato - CONTRATANTE

Responsável pelo Contrato - CONTRATADA

Seção VII- Formulários de Oferta Atualizada

1. Termo de Apresentação de Oferta Atualizada

[O Licitante deverá preencher estes Formulários de acordo com as instruções indicadas. Não alterar seu formato.]

Data: *[inserir data (dia, mês e ano) da apresentação da Oferta]*

PE N.º.: *[inserir número da licitação]*

Para: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEAD/PI

Nós, abaixo assinados, declaramos que:

Examinamos e não temos restrição alguma ao Edital de Licitação, incluindo os Adendos N.º [indicar o N.º e a data de emissão de cada adendo];

Oferecemos fornecer em conformidade com o Edital de Licitação e de acordo com os Cronogramas de Entrega constantes das Especificações Técnicas os seguintes Bens e Serviços Correlatos [inserir uma breve descrição dos Bens e Serviços Correlatos];

O preço total de nossa Oferta é: [inserir o preço total da oferta por extenso e em números];

Nossa Oferta é válida pelo prazo especificado nas IAL 13.1, contado desde a data final fixada para a apresentação da Oferta de acordo com as IAL 15.1, e isso representará um compromisso entre nós e que pode ser aceito a qualquer data antes da expiração desse prazo;

Caso nossa Oferta seja aceita, obteremos uma garantia de execução de acordo com as IAL 29.1e as CGC Cláusula 17.1, para a devida execução do Contrato;

Nós, incluindo quaisquer subcontratados ou fornecedores de qualquer parte do contrato, temos a nacionalidade de países elegíveis [inserir a nacionalidade do Licitante, incluindo as de todas as partes que constituem o Licitante, se o Licitante for um Consórcio, e a nacionalidade de cada subcontratado e fornecedor]

Nós não temos nenhum conflito de interesse de acordo com as IAL 5 do Edital;

Nossa empresa, suas afiliadas ou subsidiárias – incluindo quaisquer subcontratados ou fornecedores para qualquer parte do contrato –, não foram declaradas inelegíveis pelo Banco ou declarada inidônea, de acordo com as leis e regulamentos oficiais do País do Contratante, conforme disposto na alínea (b) da IAL 6.4 do Edital;

Até que seja preparado e assinado um Contrato formal, esta Oferta, juntamente com seu aceite por escrito contido em sua notificação de adjudicação, serão consideradas um Contrato de obrigação entre as partes;

Estamos cientes que V. S.^{as} não são obrigadas a aceitar a Oferta de menor preço avaliado ou qualquer Oferta que venham a receber.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o Contrato no prazo determinado no Edital, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: _____

CNPJ/MF: _____

Endereço: _____

Tel./Fax: _____

CEP: _____

Cidade: _____ UF: _____

Banco: _____ Agência: _____ c/c: _____

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome: _____
Endereço: _____
CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____
CPF/MF: _____ Cargo/Função: _____
RG nº: _____ Expedido por: _____
Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Assinado: *[inserir a assinatura da pessoa cujo nome e autoridade para assinar a oferta estão identificados]*.

Cargo: *[inserir o cargo legal da pessoa que assina o Termo de Oferta]*

Nome: *[inserir o nome completo da pessoa que assina o Termo de Oferta]*

Autorizado p/ assinar a Oferta por e em nome de: *[inserir o nome completo do Concorrente]*

Datado de _____ dia de _____, _____ *[inserir a data de assinatura]*

2. Oferta de Preços Atualizada dos Bens

***Observação:** O arrematante deverá indicar no corpo da proposta todas as especificações técnicas detalhadas do produto, bem como, informações sobre o prazo de garantia e assistência técnica, obrigações do fornecedor, comprovações técnicas e as certificações exigidas, sob pena de desclassificação do fornecedor.

***Observação:** Deve ser informado marca e modelo, com folder técnico.

Planilha de Preços Atualizada dos Bens					
PE N.º [indicar] - Data: [indicar] LOTE Nº: [indicar] Página N[indicar] de [indicar]					
1	2	3	4	5	6
Item Nº	Descrição dos Bens	Marca Modelo e	Quant. Unidade e	Preço Unitário	Preço Total por item (Col. 4´5)

Preço Total dos Bens					
Preço Total dos Serviços Conexos					
Preço Total do Lote					
Nome do Concorrente [inserir o nome completo do Concorrente] - Assinatura do Concorrente [assinatura da pessoa que assina a Oferta] Data [inserir a data]					

Seção VIII. Declarações do Licitante

[A presente declaração deve ser feita em papel timbrado da empresa]

Processo n.º

Modalidade: SDO no formato Pregão Eletrônico nº nn/aaaa

[nome completo do Licitante], *[CNPJ]*, sediado em *[endereço do Licitante]*, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão em epígrafe, **DECLARA** expressamente que:

- 1) Para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº. 14.133/2021, em conformidade com o previsto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos;
- 1) Até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

_____, _____ de _____ de 2026

(Local)

(Assinatura do responsável)

Nome: _____

Cédula de Identidade nº.: _____

Formulário de Divulgação da Propriedade Beneficiária

INSTRUÇÕES AOS LICITANTES: APAGAR ESTE CAMPO APÓS PREENCHER O FORMULÁRIO

Este Formulário de Divulgação da Propriedade Beneficiária ("Formulário") deverá ser preenchido pelo Licitante vencedor[1]. No caso de Joint Venture, o Licitante deverá fornecer um formulário separado para cada um dos integrantes. As informações relativas à propriedade beneficiária deverão estar atualizadas na data em que forem fornecidas no Formulário.

Para efeitos do presente Formulário, um Proprietário Beneficiário do Licitante é uma pessoa física ou jurídica que seja proprietária do Licitante ou detenha seu controle porque cumpre uma ou mais das seguintes condições:

- detém, direta ou indiretamente, 25% ou mais das ações*
- detém, direta ou indiretamente, 25% ou mais dos direitos de voto*
- detém, direta ou indiretamente, o poder de designar a maioria dos membros do Conselho de Administração ou órgão gestor equivalente do Licitante*

Pregão Eletrônico Nº: [inserir número do processo]

Solicitação de Oferta Nº: [inserir identificação]

Para: **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEAD/PI**

Em resposta à sua solicitação na Carta de Aceitação datada de [inserir a data da Carta de Aceitação] para fornecer informações adicionais sobre a propriedade beneficiária: [selecionar a opção que se aplica e apagar as opções que não se aplicam]

(i) fornecemos aqui as seguintes informações sobre a propriedade beneficiária:

Detalhes da propriedade beneficiária

Identidade do Proprietário Beneficiário	Detém, direta ou indiretamente, 25% ou mais das ações (Sim/Não)	Detém, direta ou indiretamente, 25% ou mais dos direitos de voto (Sim/Não)	Detém, direta ou indiretamente, o poder de designar a maioria dos membros do Conselho de Administração ou órgão gestor equivalente do Licitante (Sim/Não)
[inserir o nome completo (sobrenome, nome do meio, nome), nacionalidade e país de residência]			

OU

(ii) declaramos que não existem Proprietários Beneficiários que atendam a pelo menos uma das condições a seguir:

< >detém, direta ou indiretamente, 25% ou mais das ações detém, direta ou indiretamente, 25% ou mais dos direitos de voto detém, direta ou indiretamente, o poder de designar a maioria dos membros do Conselho de Administração ou órgão gestor equivalente do Licitante detém, direta ou indiretamente, 25% ou mais das ações detém, direta ou indiretamente, 25% ou mais dos direitos de voto detém, direta ou indiretamente, o poder de designar a maioria dos membros do Conselho de Administração ou órgão gestor equivalente do Licitante]"

OU

(iii) declaramos que não conseguimos identificar Proprietários Beneficiários que atendam a pelo menos uma das condições a seguir. [Se esta opção for escolhida, o Licitante deverá fornecer explicações para não conseguir identificar Proprietários Beneficiários]

- detém, direta ou indiretamente, 25% ou mais das ações
- detém, direta ou indiretamente, 25% ou mais dos direitos de voto
- detém, direta ou indiretamente, o poder de designar a maioria dos membros do Conselho de Administração ou órgão gestor equivalente do Licitante]"

Nome do Licitante: **[inserir o nome completo do Licitante]*_____

Nome da pessoa devidamente autorizada a assinar a Oferta em nome do Licitante : ***[inserir o nome completo da pessoa devidamente autorizada a assinar a Oferta]*_____

Cargo do signatário da Oferta: *[Inserir o cargo completo do signatário da Oferta]*_____

Assinatura da pessoa indicada acima: *[inserir a assinatura da pessoa cujo nome e cargo estão indicados acima]*_____

Data de assinatura *[inserir a data de assinatura]* **dia de** *[inserir o mês], [inserir o ano]*_____

* No caso de uma Oferta apresentada por uma Joint Venture, especificar o nome da Joint Venture como Licitante. Caso o Licitante seja uma Joint Venture, cada referência a "Licitante" no Formulário de Divulgação da Propriedade Beneficiária (inclusive esta Introdução) deverá ser lida como referindo-se ao membro da Joint Venture.

** O signatário da Oferta deverá anexar à Oferta a procuração outorgada pelo Licitante. A procuração deverá ser anexada às Planilhas da Oferta.

Modelo 1. Atestado de Capacidade Técnica

[Nome do Contratante]

[Nome do Projeto]

SDO no formato Pregão Eletrônico N.º

Processo N.º

Atestamos para os devidos fins que a empresa **[Razão Social da Empresa licitante]**, inscrita no CNPJ sob o N.º **[da Empresa licitante]**, estabelecida na **[endereço da Empresa licitante]**, prestou a esta empresa/Entidade **[Razão Social da Empresa Emitente do atestado]**, inscrita no CNPJ sob o N.º **[CNPJ da Empresa Emitente do atestado]**, situada no **[endereço da Empresa Emitente do atestado]**, os serviços abaixo especificado(s), no período de (___/___/___ a ___/___/___):

OBJETO ENTREGUE: (descrever os bens/serviços entregues/executados)

VALOR GLOBAL (R\$):..... (se possível)

Atestamos ainda, que tal(is) serviços está (ão) sendo / foi (ram) executado(s) satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Local e Data

[Nome do Representante da Empresa Emitente]

Cargo / Telefone

[1] Controle deve ser entendido como o poder de dirigir, direta ou indiretamente, os rumos e as políticas de uma empresa, seja por meio da titularidade de ações com direito a voto, por contrato ou por qualquer outra forma. O controle pode incluir a propriedade majoritária de ações com direito a voto, outros mecanismos de controle (como “ações de ouro”, direitos de veto ou acordos de acionistas que requeiram maiorias especiais) ou, no caso de financiamento por um fundo de investimentos, o controle exercido por um sócio geral ou administrador do fundo. O controle será determinado no contexto de cada caso particular.

[2] Por parentesco ou estreita relação familiar deve-se entender que abrange até o quarto grau de consanguinidade ou adoção, ou até o segundo grau de união por casamento ou união estável (afinidade).

[3] Os métodos para identificação de uma OAB estão descritos no seguinte endereço eletrônico: <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/780841478724671583-0290022017/original/ProcurementGuidanceidentificationandtreatmentofAbnormallyLowBidsandProposals.pdf>

[4] Para evitar dúvidas, a inelegibilidade para adjudicação de contrato de uma parte objeto de sanção deverá incluir, entre outros, (i) candidatar-se para pré-qualificação, manifestar interesse em relação a uma consultoria e ofertar, seja diretamente ou como subcontratado designado, consultor designado, fabricante ou fornecedor designado, ou prestador de serviços designado, em relação ao referido contrato, e (ii) formalizar aditivo ou alteração que introduza uma modificação considerável em qualquer contrato

existente.

[5] Entende-se por subcontratado designado, consultor designado, fabricante designado ou fornecedor de bens ou serviços designado (a nomenclatura difere a depender do edital de licitação específico) a pessoa física ou jurídica que tenha sido: (i) incluída pelo Licitante em seu pedido de pré-qualificação ou Proposta em virtude de sua experiência e know-how específicos e imprescindíveis que permitem ao Licitante atender aos requisitos de qualificação para a concorrência em questão; ou (ii) indicada pelo Mutuário.

[6] Neste contexto, as inspeções costumam ser de natureza investigativa (ou seja, periciais). Elas envolvem atividades de apuração de fatos, realizadas pelo Banco ou por pessoas designadas por ele, para verificar, por meio dos mecanismos apropriados, aspectos específicos de uma investigação ou auditoria, como a apuração da veracidade de uma alegação de Fraude e Corrupção. Tais atividades incluem, entre outras, o acesso e exame das informações e registros financeiros de uma pessoa física ou jurídica, bem como a extração de cópias desses documentos quando pertinente; acesso e exame de quaisquer outros documentos, dados e informações (seja em formato impresso ou eletrônico) considerados relevantes para os fins da investigação ou da auditoria, e extração de cópias desses documentos quando pertinente; entrevistas com a equipe e outras pessoas pertinentes; condução de inspeções físicas e visitas de campo; e obtenção de uma verificação externa das informações.



Documento assinado eletronicamente por **EMILIO JOAQUIM DE OLIVEIRA JUNIOR - Matr.0434161-9, Secretário(a) da Fazenda**, em 02/06/2026, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0024476043** e o código CRC **98528416**.